
Sumário

Parte I – INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO, 1

Capítulo I – Histórico do Trabalho Humano, 3

- 1.1 Escravidão, 4
- 1.2 Servidão, 6
- 1.3 Corporações, 8
- 1.4 Revolução Industrial, 10
- 1.5 Sociedade industrial, trabalho assalariado e o Direito do Trabalho, 14
- Questionário, 19*

Capítulo II – História Internacional do Direito do Trabalho, 20

- 2.1 Primeira fase – final do século XVIII até o manifesto comunista de 1848, 21
- 2.2 Segunda fase – manifesto comunista de 1848 até 1919, 22
- 2.3 Terceira fase – início em 1919 com avanço ao longo do século XX, 25
- Questionário, 28*

Capítulo III – História do Direito do Trabalho no Brasil, 29

- 3.1 Período da Independência até a Abolição da Escravatura, 29
- 3.2 Período de 1888 (Abolição da Escravidão) a 1930 (Getúlio Vargas), 30
- 3.3 Período de 1930 (Getúlio Vargas) até 1988 (Constituição Federal), 32
- 3.4 A Constituição de 1988 e os direitos sociais, 37
- 3.5 Os direitos sociais – a época de transição entre a regulamentação e a desregulamentação, 39
- Questionário, 43*

Parte II – TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO, 45

Capítulo I – Denominação, 47

Questionário, 49

Capítulo II – O Direito do Trabalho na Ciência Jurídica, 50

2.1 Correntes doutrinárias quanto à definição de Direito do Trabalho, 51

2.1.1 A nossa posição, 53

2.2 Natureza jurídica, 54

2.2.1 Direito público e direito privado, 55

2.2.2 Outras concepções doutrinárias, 59

2.2.2.1 Direito misto, 59

2.2.2.2 Direito unitário, 59

2.2.2.3 Direito social, 60

2.2.3 Proposta de uma nova abordagem, 61

Questionário, 66

Capítulo III – Autonomia do Direito do Trabalho, 68

Questionário, 70

Capítulo IV – O Direito do Trabalho e Outras Ciências, 71

4.1 Direito do trabalho e economia, 72

4.2 Direito do trabalho e sociologia, 73

4.3 Direito do trabalho e medicina do trabalho, 74

4.4 Direito do trabalho e filosofia, 74

4.5 Direito do trabalho e psicologia, 76

4.6 Direito do trabalho e administração de empresas, 76

4.7 Direito do trabalho e contabilidade, 76

4.8 Direito do trabalho e estatística, 77

Questionário, 77

*Capítulo V – O Direito do Trabalho e os Demais Ramos do Direito, 78

5.1 Direito constitucional, 78

5.2 Direito administrativo, 80

5.3 Direito financeiro, 80

5.4 Direito econômico, 81

5.5 Direito internacional público, 81

5.6 Direito internacional privado, 81

5.7 Direito penal, 82

5.8 Direito processual, 84

5.9 Direito civil, 85

5.10 Direito empresarial, 86

5.11 Direito da seguridade social, 87

Questionário, 88

Capítulo VI – A Divisão do Direito do Trabalho, 90

Questionário, 92

Capítulo VII – Princípios de Direito, 93

- 7.1 A importância dos princípios, 93
- 7.2 Princípios gerais de direito, 94
- 7.3 Os princípios gerais de direito aplicáveis ao direito do trabalho, 98
 - 7.3.1 Princípio da inalterabilidade dos contratos, 98
 - 7.3.2 Princípio da boa-fé, 99
 - 7.3.3 Princípio da não alegação da própria torpeza, 100
 - 7.3.4 Princípio do efeito lícito do exercício regular do próprio direito, 100
 - 7.3.5 Princípio da razoabilidade, 101
 - 7.3.6 Princípio da *exceptio non adimpleti contractus*, 102
 - 7.3.7 Princípio da autonomia da vontade, 102
- 7.4 Princípios universais do direito do trabalho, 103
 - 7.4.1 Liberdade do trabalho, 103
 - 7.4.2 Liberdade sindical, 104
 - 7.4.3 Dignidade da pessoa humana, 105
 - 7.4.4 Valor social do trabalho e da livre iniciativa, 107
 - 7.4.5 Busca do pleno emprego, 108

Questionário, 109

Capítulo VIII – Princípios Aplicáveis ao Direito do Trabalho, 110

- 8.1 Introdução, 110
- 8.2 Princípios doutrinários do Direito do Trabalho, 112
 - 8.2.1 Princípio protetor, 112
 - 8.2.2 Princípio da irrenunciabilidade, 114
 - 8.2.2.1 A transação e a renúncia no Direito do Trabalho, 116
 - 8.2.2.2 A transação e os planos de dispensa voluntária, 117
 - 8.2.3 Princípio da continuidade da relação de emprego, 118
 - 8.2.4 Princípio da primazia da realidade, 119
 - 8.2.5 Princípio da razoabilidade, 120
 - 8.2.6 Princípio da boa-fé, 120
 - 8.2.7 Princípio da igualdade (não discriminação), 120
 - 8.2.7.1 Ações afirmativas, 122

Questionário, 124

Capítulo IX – Fontes do Direito, 126

- 9.1 A sistemática das fontes na ciência jurídica, 126
- 9.2 A classificação das fontes formais, 127
 - 9.2.1 Fontes formais diretas ou imediatas, 127
 - 9.2.1.1 Lei, 127
 - 9.2.1.2 Costumes, 128
 - 9.2.2 Fontes formais indiretas ou mediatas, 129
 - 9.2.2.1 Doutrina, 129
 - 9.2.2.2 Jurisprudência, 130

Questionário, 132

Capítulo X – Fontes do Direito do Trabalho, 133

- 10.1 Fontes normativas estatais, 133

- 10.1.1 Normas elaboradas pelo legislativo, 133
- 10.1.2 Normas elaboradas pelo judiciário, 134
- 10.1.3 Normas elaboradas pelo executivo, 135
- 10.2 Fontes normativas não estatais, 135
 - 10.2.1 Normas negociais coletivas, 135
 - 10.2.2 Normas negociais individuais, 137
 - 10.2.3 Normas negociais internacionais, 138
- 10.3 Integração da norma jurídica, 138
 - 10.3.1 Fontes supletivas, 140
 - 10.3.1.1 Equidade, 140
 - 10.3.1.2 Analogia, 140
 - 10.3.1.3 Direito comparado, 141

Questionário, 142

Capítulo XI – A Hierarquia das Fontes e o Direito do Trabalho, 143

- 11.1 Conceito de sistema jurídico, 143
- 11.2 Conceito de hierarquia, 144
- 11.3 Hierarquia das fontes na Teoria Geral do Direito, 144
- 11.4 Hierarquia das fontes no Direito do Trabalho, 145
- 11.5 Conceito de norma favorável, 147

Questionário, 149

Capítulo XII – Interpretação das Normas Trabalhistas, 150

- 12.1 Hermenêutica, 150
- 12.2 Interpretação, 150
 - 12.2.1 Técnicas de Interpretação, 151
 - 12.2.1.1 Quanto à origem, 151
 - 12.2.1.2 Quanto aos resultados, 151
 - 12.2.1.3 Quanto ao método, 152
- 12.3 A especificidade da interpretação trabalhista, 153

Questionário, 155

Capítulo XIII – Aplicação das Normas Trabalhistas, 156

- 13.1 As normas trabalhistas no tempo, 156
 - 13.1.1 A irretroatividade da norma jurídica, 158
- 13.2 As normas trabalhistas no espaço, 159
 - 13.2.1 Trabalhador brasileiro contratado para laborar no exterior, 160
 - 13.2.2 Contratação de trabalhador brasileiro por empresa estrangeira, sem filial ou agência no Brasil, para o trabalho no exterior, 162
 - 13.2.3 Empregado de empresa brasileira que fiscaliza trabalhos executados em diversos países, 163
 - 13.2.4 Empregado de empresa brasileira que executa serviços esporádicos no exterior, 163
 - 13.2.5 Trabalhador estrangeiro contratado no Brasil por empresa estrangeira para o trabalho no exterior, 163
 - 13.2.6 Empregado estrangeiro que vem laborar permanentemente no Brasil, 164
 - 13.2.7 Trabalhadores fronteiriços, 164

- 13.2.8 Trabalho efetuado a bordo de embarcações e aeronaves, 164
- 13.2.9 Legislação material e processual, 165
- 13.3 Aplicação territorial, 165
- 13.4 Pessoas a quem se destinam as normas trabalhistas, 166
 - 13.4.1 Servidor público estatutário, 166
 - 13.4.2 Empregado doméstico, 167
 - 13.4.3 Empregado rural, 167
 - 13.4.4 Empregados de missões estrangeiras ou de organismos internacionais, 167
- Questionário, 170

Parte III – DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 171

Capítulo I – Direito Internacional do Trabalho. Conceito, Objeto, Fundamentos e Objetivos, 173

Questionário, 175

Capítulo II – Organização Internacional do Trabalho, 176

- 2.1 Breve relato histórico, 176
- 2.2 Natureza jurídica, 178
- 2.3 Objetivos, 178
- 2.4 Estrutura, 179
 - 2.4.1 Conferência Internacional do Trabalho, 179
 - 2.4.2 Conselho de administração, 180
 - 2.4.3 Repartição Internacional do Trabalho, 181
- 2.5 Os instrumentos normativos da OIT, 181
 - 2.5.1 Visão global – convenção e recomendação, 182
 - 2.5.1.1 Convenção, 182
 - 2.5.1.1.1 Análise jurídica da convenção, 184
 - 2.5.1.1.1.1 Conceito de tratado, 184
 - 2.5.1.1.1.2 Classificação dos tratados, 184
 - 2.5.1.1.1.3 A integração dos tratados internacionais na ordem jurídica interna, 185
 - 2.5.1.2 Recomendação, 187
 - 2.5.1.3 Resolução, 187
- 2.6 A integração dos instrumentos normativos da OIT na ordem jurídica nacional, 187
- 2.7 As convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, 190
- Questionário, 193

Capítulo III – Mercosul, 195

- 3.1 Aspectos do comércio internacional e do processo de integração regional na América Latina após a Segunda Guerra Mundial, 195
- 3.2 O Mercado do Cone Sul – Mercosul, 203
 - 3.2.1 Aspectos históricos, 203
 - 3.2.2 Estrutura orgânica, 205
 - 3.2.2.1 Organograma, 209
 - 3.2.3 Sistema de Tomada de Decisões, 210
 - 3.2.4 Aplicação Interna das Normas Emanadas dos Órgãos do Mercosul, 210

- 3.2.5 Fontes jurídicas do Mercosul, 210
- 3.3 Direito do trabalho no Mercosul, 211
 - 3.3.1 No período de 1991 a 1994, 211
 - 3.3.2 No período de 1995 a 2000, 222
 - 3.3.3 No período de 2001 a 2008, 228
- 3.4 Quadro comparativo dos direitos trabalhistas individuais no Mercosul, 234
- Questionário*, 235

Capítulo IV – Os Principais Tratados Bilaterais Assinados pelo Brasil em Matéria de Direito do Trabalho e Previdência Social, 237
Questionário, 239

Capítulo V – União Europeia, 240
Questionário, 243

Parte IV – DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO, 245

Capítulo I – Definição de Direito Individual do Trabalho, 247
Questionário, 248

Capítulo II – Relação de Trabalho, 249

- 2.1 Relação jurídica, 249
- 2.2 Trabalho humano e o direito do trabalho, 250
- 2.3 Conceito de relação de trabalho, 251
 - 2.3.1 Abrangência da relação de trabalho, 253
 - 2.3.2 Relação de trabalho e relação de consumo, 254

Questionário, 261

Capítulo III – Relação de Emprego, 262

- 3.1 Relação de emprego, 262
- 3.2 Natureza jurídica da relação de emprego, 263
 - 3.2.1 Teorias contratualistas, 263
 - 3.2.1.1 Teoria contratualista tradicional, 263
 - 3.2.1.2 Teoria contratualista moderna, 264
 - 3.2.2 Teorias acontratualistas, 265
 - 3.2.3 A lei brasileira e a natureza jurídica da relação empregatícia, 266
- 3.3 Contrato de trabalho, 267
 - 3.3.1 Origens, 267
 - 3.3.2 Definição, 268
 - 3.3.3 Denominação, 268
 - 3.3.4 Elementos constitutivos (caracteres), 268
 - 3.3.5 Morfologia, 269
 - 3.3.5.1 Constituição tácita, 269
 - 3.3.5.2 Constituição expressa, 270
 - 3.3.5.3 Constituição por prazo, 270
- 3.4 Experiência prévia para a contratação do trabalhador, 270
- 3.5 A possibilidade jurídica da dualidade contratual com o mesmo empregador, 271

- 3.6 A proteção jurídica da relação de trabalho pelo direito penal, 273
- Questionário*, 274

Capítulo IV – O Contrato de Trabalho e os Contratos Afins, 276

- 4.1 Interesse da distinção, 276
- 4.2 Contrato de trabalho e a locação de serviços, 276
- 4.3 Contrato de trabalho e a empreitada, 278
 - 4.3.1 Conceito de empreitada, 278
 - 4.3.2 Empreiteiro – operário ou artífice, 278
 - 4.3.3 Empreitada e subempreitada, 279
 - 4.3.4 A responsabilidade do empreiteiro, 280
 - 4.3.4.1 A responsabilidade do empreiteiro é solidária ou subsidiária?, 280
 - 4.3.5 A responsabilidade do dono da obra e o art. 455 da CLT, 283
- 4.4 Contrato de trabalho e representação comercial, 286
- 4.5 Contrato de trabalho e mandato, 288
- 4.6 Contrato de trabalho e sociedade, 288
- 4.7 Contrato de trabalho e parceria rural, 289
- 4.8 Contrato de trabalho. Promiscuidade e ligação, 290
- Questionário*, 292

Capítulo V – Empregado, 293

- 5.1 A figura do empregado, 293
 - 5.1.1 Pessoa natural, 293
 - 5.1.2 Serviços não eventuais, 294
 - 5.1.3 Subordinação e sua natureza jurídica, 295
 - 5.1.4 Salário, 299
- 5.2 Visão global dos demais tipos de relações de trabalho, 299
 - 5.2.1 Trabalhador aprendiz, 299
 - 5.2.2 Trabalhador doméstico, 301
 - 5.2.3 Trabalhador avulso, 301
 - 5.2.4 Trabalhador temporário, 302
 - 5.2.5 Trabalhador eventual, 302
 - 5.2.6 Trabalhador rural, 303
 - 5.2.7 Trabalhador autônomo, 303
- Questionário*, 305

Capítulo VI – Empregador, 306

- 6.1 Empregador e a Consolidação das Leis do Trabalho, 306
- 6.2 A noção de empresa na economia, 309
- 6.3 A empresa na ciência do direito, 309
- 6.4 Estabelecimento, 311
- 6.5 Empresa e estabelecimento na Consolidação das Leis do Trabalho, 312
- 6.6 O poder diretivo do empregador, 314
- 6.7 Grupo econômico, 314
 - 6.7.1 Conceito de solidariedade, 314
 - 6.7.2 Grupo de empresas e o direito do trabalho, 315

- 6.7.3 O grupo econômico como empregador real e a questão da solidariedade ativa e passiva, 318
- 6.7.4 Análise da Súmula 205 do TST, 320
- 6.8 O fenômeno da despersonalização do empregador, 321
- 6.9 O princípio da continuidade da empresa, 322
- 6.10 O empregador no trabalho temporário, 322
- 6.11 O empregador no trabalho doméstico, 323
- 6.12 O empregador no trabalho rural, 323
 - 6.12.1 Grupo econômico no trabalho rural, 324
 - 6.12.2 Consórcio de empregadores na área rural, 325
- 6.13 Empregador na Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, 327
- 6.14 Empregador e a seguridade social, 327
- 6.15 Consórcio de empregadores na área urbana, 328
- Questionário, 330

Capítulo VII – Poder Diretivo do Empregador, 331

- 7.1 Poder de organização, 332
- 7.2 Poder de controle, 332
- 7.3 Poder disciplinar, 332
- 7.4 Regulamento de empresa, 334
- Questionário, 336

Capítulo VIII – Desconsideração da Pessoa Jurídica, 338

- 8.1 Pessoa jurídica, 339
- 8.2 Classificação das pessoas jurídicas, 340
 - 8.2.1 Quanto às suas funções e capacidade, 340
 - 8.2.1.1 Sociedade em nome coletivo, 342
 - 8.2.1.2 Sociedade de capital e indústria, 343
 - 8.2.1.3 Sociedade em comandita simples, 344
 - 8.2.1.4 Sociedade em comandita por ações, 344
 - 8.2.1.5 Sociedade em conta de participação, 345
 - 8.2.1.6 Sociedade por cotas de responsabilidade limitada, 345
 - 8.2.1.7 Sociedade anônima, 345
 - 8.2.2 Quanto à estrutura, 346
 - 8.2.3 Quanto à sua nacionalidade, 346
- 8.3 A responsabilidade e o tipo societário, 347
- 8.4 Os efeitos da personalização da pessoa jurídica, 348
- 8.5 Os limites da personalização da pessoa jurídica, 348
- 8.6 A desconsideração da personalidade jurídica, 349
- 8.7 A desconsideração no direito brasileiro, 350
- 8.8 A responsabilidade do sócio e o Direito do Trabalho, 352
- Questionário, 356

Capítulo IX – Sucessão Trabalhista, 357

- 9.1 Aquisição de direitos e a sucessão, 357
- 9.2 A relatividade dos contratos e a sucessão, 360
 - 9.2.1 O significado do termo “terceiro”, 361

- 9.2.2 Nova abordagem do princípio da *res inter alios acta*, 362
- 9.3 O fenômeno da sucessão na relação jurídico-trabalhista, 364
 - 9.3.1 O emprego da expressão “sucessão trabalhista”, 366
 - 9.3.2 Conceito de sucessão trabalhista, 367
 - 9.3.3 A natureza jurídica da sucessão trabalhista, 369
 - 9.3.3.1 Novação, 369
 - 9.3.3.2 Estipulação em favor de terceiro, 370
 - 9.3.3.3 Cessão de crédito, 371
 - 9.3.3.4 Sub-Rogação, 371
 - 9.3.3.5 A sucessão trabalhista como assunção de dívida, 372
 - 9.3.4 Caracterização da sucessão trabalhista, 373
 - 9.3.5 Requisitos da sucessão trabalhista, 375
 - 9.3.6 Fundamentos e abrangência da sucessão trabalhista, 376
 - 9.3.7 Efeitos da sucessão trabalhista, 377
 - 9.3.7.1 Posição jurídica do sucessor, 377
 - 9.3.7.2 A responsabilidade do sucedido, 378
 - 9.3.7.3 A discordância do empregado com a sucessão trabalhista, 379
 - 9.3.8 Cláusula de exoneração de responsabilidade do sucessor, 381
- 9.4 O fenômeno da sucessão no direito comercial, 383
 - 9.4.1 Transformação, 384
 - 9.4.2 Incorporação, fusão e cisão, 385
- 9.5 O fenômeno da sucessão no direito tributário, 386
- 9.6 O fenômeno da sucessão no Direito Civil, 389
 - 9.6.1 A sucessão no Direito das Obrigações, 389
 - 9.6.2 A sucessão no direito das sucessões, 391
- 9.7 A falência e a sucessão trabalhista, 391
- 9.8 A recuperação judicial e a sucessão trabalhista, 393
- 9.9 Responsabilidade da administração pública na gestão dos serviços públicos, 394
- 9.10 Responsabilidade no desmembramento dos entes de Direito Público, 396
- 9.11 Sucessão e o grupo econômico, 396
- Questionário, 396

Capítulo X – A Sucessão Trabalhista em Face das Privatizações, 398

- 10.1 O surgimento da ordem econômica, 398
- 10.2 O fenômeno da privatização, 400
- 10.3 Programa Nacional de Desestatização (PND), 402
 - 10.3.1 Objetivos do PND, 402
 - 10.3.2 Etapas do PND, 402
 - 10.3.3 Objeto da desestatização, 403
- 10.4 Formas de desestatização, 403
 - 10.4.1 Serviços públicos, 403
 - 10.4.2 Transformação, cisão, fusão e incorporação, 405
- 10.5 Privatização e a sucessão trabalhista, 406
- 10.6 A privatização como matéria de ordem pública, 408
 - 10.6.1 Enfoque administrativo, 409
 - 10.6.2 Enfoque econômico, 410

- 10.7 O exame de casos concretos, 411
 - 10.7.1 O sistema TELEBRAS, 411
 - 10.7.2 Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), 413
- Questionário, 415

Capítulo XI – A Sucessão Trabalhista em Face da Reestruturação do Mercado Financeiro, 416

- 11.1 Sistema Financeiro Nacional, 416
 - 11.1.1 Conselho Monetário Nacional (CMN), 416
 - 11.1.2 Banco Central do Brasil (Bacen), 417
 - 11.1.3 Banco do Brasil, 419
 - 11.1.4 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 419
 - 11.1.5 Instituições financeiras, 420
- 11.2 Supervisão do Sistema Financeiro Nacional, 420
 - 11.2.1 Intervenção em instituições financeiras, 422
 - 11.2.2 Administração temporária especial, 423
 - 11.2.2.1 Breve paralelo entre a intervenção e o regime de administração especial temporária, 424
 - 11.2.3 Liquidação extrajudicial, 425
- 11.3 A reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, 426
- 11.4 Sucessão trabalhista e a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, 430
- 11.5 As normas que regem os mecanismos de atuação do Poder Público no Sistema Financeiro Nacional são de ordem pública?, 434
- Questionário, 435

Capítulo XII – Aspectos da Terceirização, 437

- 12.1 O fenômeno da terceirização e o Direito do Trabalho, 437
- 12.2 Igualdade salarial na terceirização, 440
- 12.3 A terceirização face a Súm. 331 do TST, 442
 - 12.3.1 Empresa prestadora e empresa tomadora, 442
 - 12.3.2 Empresa interposta e a contratação irregular, 445
 - 12.3.3 A vedação jurisprudencial na atividade-fim da empresa tomadora, 446
- 12.4 A contratação irregular na administração pública, 448
 - 12.4.1 Acessibilidade ao serviço público, 448
 - 12.4.2 Concurso público, 449
 - 12.4.3 A nulidade e o Direito do Trabalho, 449
 - 12.4.4 As correntes doutrinárias quanto à nulidade e à contratação na administração sem a realização do concurso público, 449
- 12.5 Responsabilidade subsidiária da empresa tomadora, 450
 - 12.5.1 Certidão negativa de débitos trabalhistas, 453
- 12.6 Responsabilidade da Administração Pública, 453
- 12.7 Terceirização e a Lei 11.196/05, 458
 - 12.7.1 O art. 129 da Lei 11.196/05, 459
 - 12.7.2 Destinatários, 461
 - 12.7.3 O sistema de proteção do trabalho, 462
 - 12.7.4 A prestação dos serviços de empregados da empresa prestadora junto à empresa tomadora, 465

- 12.8 Terceirização do setor de telecomunicações e seus limites, 466
- 12.9 Adoção de trabalhadores autônomos ou eventuais pela empresa prestadora junto à empresa tomadora, 468
- Questionário*, 468

Capítulo XIII – Cooperativa e o Direito do Trabalho, 470

- 13.1 Cooperativa. Conceito e tipos, 470
- 13.2 A cooperativa e o vínculo de emprego, 472
- 13.3 Terceirização e as cooperativas de trabalho, 473
- 13.4 Cooperativas e trabalho rural, 475
- Questionário*, 476

Capítulo XIV – Elementos do Contrato de Trabalho, 477

- 14.1 Capacidade de ser parte e de estar em juízo, 477
 - 14.1.1 Representação, 479
 - 14.1.2 Assistência, 479
 - 14.1.3 Pessoas absolutamente incapazes, 480
 - 14.1.4 Pessoas relativamente incapazes, 481
 - 14.1.5 Menor e o direito do trabalho, 483
- 14.2 A idoneidade do objeto, 484
- 14.3 Forma, 486
 - 14.3.1 A prova do contrato individual de trabalho, 487
 - 14.3.1.1 A Carteira de Trabalho e Previdência Social, 487
 - 14.3.1.2 Documento escrito, 487
 - 14.3.1.3 Outros meios de prova, 489
 - 14.3.1.4 Ônus da prova, 489
- 14.4 Nulidade, 491
 - 14.4.1 Atos nulos, 491
 - 14.4.1.1 Simulação, 491
 - 14.4.2 Atos anuláveis, 493
 - 14.4.2.1 Erro, 493
 - 14.4.2.1.1 Erro de fato ou de direito, 494
 - 14.4.2.2 Dolo, 494
 - 14.4.2.3 Coação, 495
 - 14.4.2.4 Estado de perigo e lesão, 496
 - 14.4.2.5 Fraude contra credores, 497
 - 14.4.3 Diferenças entre nulidade e anulabilidade, 497
 - 14.4.4 A teoria da nulidade no Direito Civil, 498
 - 14.4.5 A teoria da nulidade no Direito do Trabalho, 499
 - 14.4.5.1 A contratação irregular na administração pública, 499
 - 14.4.5.2 A impossibilidade do vínculo empregatício em face do “jogo do bicho”, 500
- 14.5 Elementos acidentais, 500
 - 14.5.1 Condição suspensiva e resolutiva, 500
 - 14.5.1.1 Condições ilícitas, 500
 - 14.5.2 Termo, 501

- 14.5.3 A problematização dos contratos com termo inicial ou condição suspensiva, 501
 - 14.5.3.1 Promessa mediante condição suspensiva, 502
 - 14.5.3.2 Promessa com termo inicial, 502
 - 14.5.3.3 Empregado à disposição da empresa antes do termo inicial pactuado, 502
- 14.5.4 Período de experiência, 502
- 14.5.5 Período pré-contratual, 503

Questionário, 505

Capítulo XV – Obrigações do Contrato de Trabalho, 506

- 15.1 Visão global, 506
- 15.2 Obrigações contratuais básicas, 506
 - 15.2.1 Atuação com boa-fé, 506
 - 15.2.2 Diligência e assiduidade, 507
 - 15.2.3 Fidelidade, 507
 - 15.2.4 Colaboração, 508
 - 15.2.5 Cláusula da não concorrência no contrato de trabalho, 509
 - 15.2.5.1 Conceituação do termo “concorrência”, 509
 - 15.2.5.2 O pacto de não concorrência nas relações comerciais, 511
 - 15.2.5.3 O pacto da não concorrência e o término do contrato de trabalho, 512
 - 15.2.6 Respeito quanto às normas de segurança e medicina do trabalho, 515
 - 15.2.7 Dever de não discriminar, 516
 - 15.2.7.1 Discriminação racial, 517
 - 15.2.8 Respeito quanto ao direito intelectual, 520
 - 15.2.8.1 Direito autoral, 521
 - 15.2.8.2 Direitos de programas de computação, 523
 - 15.2.8.3 Direito à propriedade industrial (invenção), 524
 - 15.2.9 Obrigação de proporcionar e prestar trabalho, 526
- 15.3 A ilegalidade da prova e o direito da personalidade no direito do trabalho, 526
 - 15.3.1 Conceito de prova ilegal, 526
 - 15.3.2 Direito da personalidade e o Direito do Trabalho, 528
 - 15.3.2.1 Vida privada e intimidade, 529
 - 15.3.2.1.1 Seleção do empregado, 530
 - 15.3.2.1.2 Monitoramento audiovisual, 532
 - 15.3.2.1.3 Captação de comunicação telefônica, 534
 - 15.3.2.1.4 Monitoramento do e-mail, 536
 - 15.3.2.1.5 Sujeição à revista, 539
 - 15.3.2.2 Honra, 541
 - 15.3.2.3 Imagem, 542
 - 15.3.2.3.1 Direito de arena do atleta, 543
 - 15.3.2.4 Outros direitos de personalidade, 544
 - 15.3.3 O Código Civil e o direito da personalidade. As irradiações no Direito do Trabalho, 545

Questionário, 548

- 14.5.3 A problematização dos contratos com termo inicial ou condição suspensiva, 501
 - 14.5.3.1 Promessa mediante condição suspensiva, 502
 - 14.5.3.2 Promessa com termo inicial, 502
 - 14.5.3.3 Empregado à disposição da empresa antes do termo inicial pactuado, 502
- 14.5.4 Período de experiência, 502
- 14.5.5 Período pré-contratual, 503
- Questionário, 505

Capítulo XV – Obrigações do Contrato de Trabalho, 506

- 15.1 Visão global, 506
- 15.2 Obrigações contratuais básicas, 506
 - 15.2.1 Atuação com boa-fé, 506
 - 15.2.2 Diligência e assiduidade, 507
 - 15.2.3 Fidelidade, 507
 - 15.2.4 Colaboração, 508
 - 15.2.5 Cláusula da não concorrência no contrato de trabalho, 509
 - 15.2.5.1 Conceituação do termo “concorrência”, 509
 - 15.2.5.2 O pacto de não concorrência nas relações comerciais, 511
 - 15.2.5.3 O pacto da não concorrência e o término do contrato de trabalho, 512
 - 15.2.6 Respeito quanto às normas de segurança e medicina do trabalho, 515
 - 15.2.7 Dever de não discriminar, 516
 - 15.2.7.1 Discriminação racial, 517
 - 15.2.8 Respeito quanto ao direito intelectual, 520
 - 15.2.8.1 Direito autoral, 521
 - 15.2.8.2 Direitos de programas de computação, 523
 - 15.2.8.3 Direito à propriedade industrial (invenção), 524
 - 15.2.9 Obrigação de proporcionar e prestar trabalho, 526
- 15.3 A ilegalidade da prova e o direito da personalidade no direito do trabalho, 526
 - 15.3.1 Conceito de prova ilegal, 526
 - 15.3.2 Direito da personalidade e o Direito do Trabalho, 528
 - 15.3.2.1 Vida privada e intimidade, 529
 - 15.3.2.1.1 Seleção do empregado, 530
 - 15.3.2.1.2 Monitoramento audiovisual, 532
 - 15.3.2.1.3 Captação de comunicação telefônica, 534
 - 15.3.2.1.4 Monitoramento do e-mail, 536
 - 15.3.2.1.5 Sujeição à revista, 539
 - 15.3.2.2 Honra, 541
 - 15.3.2.3 Imagem, 542
 - 15.3.2.3.1 Direito de arena do atleta, 543
 - 15.3.2.4 Outros direitos de personalidade, 544
 - 15.3.3 O Código Civil e o direito da personalidade. As irradiações no Direito do Trabalho, 545

Questionário, 548

Capítulo XVI – A Onerosidade no Contrato de Trabalho, 549

- 16.1 Noção de onerosidade, 549
- 16.2 Denominação, 550
- 16.3 Conceito de remuneração, 551
- 16.4 Conceito de salário, 551
 - 16.4.1 Distinção entre remuneração e salário, 552
- 16.5 Elementos da remuneração, 553
 - 16.5.1 Habitualidade, 553
 - 16.5.2 Periodicidade, 554
 - 16.5.3 Quantificação, 554
 - 16.5.4 Essencialidade, 555
 - 16.5.5 Reciprocidade, 555
- 16.6 Classificação da remuneração, 556
 - 16.6.1 Salário por unidade de tempo, 556
 - 16.6.2 Salário por unidade de obra, 556
 - 16.6.3 Salário por tarefa, 557
 - 16.6.4 Salário por unidade de lucro, 557
 - 16.6.5 Salário em dinheiro, 558
 - 16.6.6 Salário em utilidades, 558
 - 16.6.6.1 O critério da inclusão do salário-utilidade para o cálculo dos demais títulos do contrato de trabalho, 559
 - 16.6.6.2 Utilidades que não podem ser consideradas como salário *in natura*, 559
 - 16.6.7 Remuneração variável, 560
- 16.7 Componentes da remuneração, 561
 - 16.7.1 Adicionais salariais, 561
 - 16.7.1.1 Adicional de insalubridade, 561
 - 16.7.1.2 Adicional de periculosidade, 564
 - 16.7.1.2.1 Adicional de periculosidade no setor de energia elétrica, 565
 - 16.7.1.2.2 Adicional de periculosidade pelo contato com radiação ionizante ou substância radioativa, 566
 - 16.7.1.3 Adicional de penosidade, 566
 - 16.7.1.4 Adicional de hora extra, 567
 - 16.7.1.5 Adicional por tempo de serviço, 568
 - 16.7.1.6 Adicional noturno, 569
 - 16.7.1.7 Adicional de transferência, 570
 - 16.7.1.8 Adicional de sobreaviso, 571
 - 16.7.2 Outras parcelas salariais, 571
 - 16.7.2.1 Décimo-terceiro salário, 571
 - 16.7.2.2 Gratificação, 572
 - 16.7.2.3 Gratificação da verba SUS, 573
 - 16.7.2.4 Prêmio, 578
 - 16.7.2.5 Comissão e percentagem, 578
 - 16.7.2.6 Gorjetas, 579
 - 16.7.2.7 Gratificação de função, 580
 - 16.7.2.8 Quebra de caixa, 581

- 16.7.2.9 Gueltas, 581
- 16.7.2.10 Luvas, 582
- 16.7.3 Parcelas não salariais, 583
 - 16.7.3.1 Abonos, 583
 - 16.7.3.2 Salário-maternidade, 584
 - 16.7.3.3 Salário-família, 586
 - 16.7.3.4 Ajuda de custo e diárias, 588
 - 16.7.3.5 Participação nos lucros, 589
 - 16.7.3.6 Verba de representação, 592
 - 16.7.3.7 PIS-PASEP, 592
 - 16.7.3.8 *Employee stock option*, 594

Questionário, 597

Capítulo XVII – Proteção ao Salário, 598

- 17.1 Contra os abusos do empregador, 599
 - 17.1.1 Pagamento pessoal e mediante recibo, 599
 - 17.1.2 Pagamento em moeda corrente, 600
 - 17.1.2.1 Pagamento de salário em moeda estrangeira, 601
 - 17.1.3 A vedação ao *truck system*, 602
 - 17.1.4 Local, dia e hora do pagamento, 603
 - 17.1.5 Periodicidade e tempestividade do pagamento, 603
 - 17.1.6 Descontos no salário do empregado, 605
 - 17.1.6.1 O desconto das multas, 608
 - 17.1.6.2 Desconto de dívida civil ou comercial, 609
 - 17.1.6.3 Autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, 609
 - 17.1.6.3.1 Introdução, 609
 - 17.1.6.3.2 O valor do desconto e a sua sistemática de cálculo e respectivos limites, 610
 - 17.1.6.3.3 Os encargos legais do empregador, 611
 - 17.1.6.3.4 A concessão do empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil ao empregado. Liberação, 613
 - 17.1.6.3.5 O desconto e o benefício previdenciário, 614
 - 17.1.6.3.6 O desconto e o término do contrato individual de trabalho, 614
- 17.2 Contra os credores do empregador, 615
 - 17.2.1 A falência e os créditos trabalhistas, 615
 - 17.2.2 Os precatórios e os créditos trabalhistas, 616
 - 17.2.2.1 Conceito de Fazenda Pública, 616
 - 17.2.2.2 Obrigatoriedade do precatório na execução contra a Fazenda Pública, 616
 - 17.2.2.3 Créditos de natureza alimentícia, 617
 - 17.2.2.4 Obrigações de pequeno valor contra a Fazenda Pública, 618
 - 17.2.2.5 Compensação de crédito pela Fazenda Pública, 619
 - 17.2.2.6 Atualização dos precatórios, 619
 - 17.2.2.7 Atuação do credor, 620
 - 17.2.2.8 Regime especial para pagamento de precatórios, 620

- 17.2.3 Recuperação judicial e os créditos trabalhistas, 620
- 17.2.4 Liquidação extrajudicial e os créditos trabalhistas, 622
- 17.2.5 Recuperação extrajudicial e o crédito trabalhista, 622
- 17.3 Contra os credores do empregado, 622
 - 17.3.1 Impenhorabilidade do salário, 622
 - 17.3.2 Penhora sobre créditos trabalhistas, 624
 - 17.3.3 Penhora sobre conta-corrente, 624
 - 17.3.4 Penhora sobre conta poupança, 625
 - 17.3.5 Penhora de salário do empregador para a satisfação de crédito trabalhista, 626
- 17.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), 627
- Questionário*, 627

Capítulo XVIII – Igualdade Salarial, 628

- 18.1 Igualdade salarial, 628
- 18.2 Equiparação salarial, 629
 - 18.2.1 Requisitos positivos, 630
 - 18.2.1.1 Indicação do paradigma, 630
 - 18.2.1.2 Identidade de função, 630
 - 18.2.1.2.1 A nomenclatura da função, 631
 - 18.2.1.2.2 Cargo de confiança, 631
 - 18.2.1.2.3 Trabalho intelectual, 631
 - 18.2.1.3 Serviço de igual valor, 632
 - 18.2.1.3.1 Identidade quantitativa, 632
 - 18.2.1.3.2 Identidade qualitativa, 633
 - 18.2.1.4 Serviço prestado ao mesmo empregador, 633
 - 18.2.1.5 Serviço prestado na mesma localidade, 634
 - 18.2.2 Requisitos negativos, 635
 - 18.2.2.1 Diferença de tempo na função, 635
 - 18.2.2.2 Quadro organizado de carreira, 636
 - 18.2.2.3 Empregado readaptado, 636
 - 18.2.3 Ônus da prova, 636
- 18.3 Equiparação por equivalência, 637
- 18.4 Salário substituição, 637
- 18.5 Desvio de função, 638
- Questionário*, 640

Capítulo XIX – Duração do Trabalho, 641

- 19.1 Histórico, 641
- 19.2 Denominação, 642
- 19.3 Fundamentos, 642
- 19.4 Natureza jurídica, 643
- 19.5 Conceito de jornada de trabalho, 643
 - 19.5.1 A duração da jornada de trabalho, 645
 - 19.5.2 O regime de tempo parcial, 647
 - 19.5.3 Ônus da prova quanto à jornada suplementar, 647
 - 19.5.3.1 Os cartões de ponto e o encargo probatório, 648

- 19.5.4 Os cartões de ponto e a apuração da jornada suplementar, 649
 - 19.5.5 Cursos fornecidos ou pagos pelo empregador, 649
 - 19.6 Conceito de hora extra, 650
 - 19.6.1 Exclusão da jornada suplementar, 650
 - 19.6.1.1 Atividades externas, 651
 - 19.6.1.2 Encargos de gestão, 651
 - 19.6.2 Prorrogação da jornada diária de trabalho, 653
 - 19.6.2.1 Acordo de prorrogação de horas, 653
 - 19.6.2.2 Acordo de compensação, 655
 - 19.6.2.2.1 Compensação anual, 655
 - 19.6.2.2.2 Compensação semanal, 656
 - 19.6.2.2.2.1 Compensação e as atividades insalubres, 658
 - 19.6.2.3 Necessidade imperiosa, 659
 - 19.6.2.3.1 Força maior, 659
 - 19.6.2.3.2 Serviços inadiáveis, 660
 - 19.6.2.3.3 Recuperação de horas, 660
 - 19.6.2.4 O percentual do adicional da hora extra e a base de cálculo, 660
 - 19.6.2.5 Critério para a incidência das horas extras, 661
 - 19.6.2.5.1 Reflexos em domingos e feriados, 664
 - 19.7 Turnos ininterruptos de revezamento, 664
 - 19.7.1 O intervalo interjornada e os turnos ininterruptos de revezamento, 667
 - 19.7.2 A questão do salário-hora pelos turnos ininterruptos de revezamento, 668
 - 19.8 Sobreaviso e o *bip*, telefone fixo, telefone celular e outros aparelhos de chamada, 670
 - 19.9 Trabalho em regime de 12 × 36, 671
 - 19.10 Adicional noturno, 671
 - 19.10.1 Quadro sinótico – trabalhador urbano, 673
- Questionário*, 674

Capítulo XX – Intervalos para Descanso, 676

- 20.1 Intervalos, 676
 - 20.1.1 Intervalo intrajornada, 676
 - 20.1.2 Intervalo interjornada, 680
 - 20.1.3 Intervalos especiais, 681
 - 20.1.3.1 Serviços de mecanografia, 682
 - 20.1.3.2 Serviços em frigoríficos, 682
 - 20.1.3.3 Mineiros, 682
 - 20.1.3.4 Serviços de telefonia, radiotelefonia e radiotelegrafia, 683
 - 20.1.3.5 Mulher em fase de amamentação, 683
 - 20.1.3.6 Médicos, 683
 - 20.1.3.7 Mulher e a jornada extraordinária, 684
- Questionário*, 684

Capítulo XXI – Descanso Semanal Remunerado, 685

- 21.1 Denominação, 685
- 21.2 Conceito, 685
- 21.3 Natureza jurídica, 686

- 21.4 A vigência ou não dos arts. 67 a 70 da CLT, 686
- 21.5 Trabalhadores beneficiários, 687
- 21.6 Remuneração, 688
 - 21.6.1 Horas extras, 688
 - 21.6.2 Comissionistas, 689
 - 21.6.3 Gratificações e gorjetas, 689
 - 21.6.4 Férias, 689
 - 21.6.5 Bancários, 690
 - 21.6.6 Professores, 690
 - 21.6.7 Incidência do adicional de insalubridade ou periculosidade, 690
 - 21.6.8 Condição de pagamento, 690
- 21.7 Feriados, 691
- 21.8 O descanso semanal trabalhado, 692
 - 21.8.1 A questão da remuneração dos descansos trabalhados, 693
 - 21.8.2 A coincidência do descanso semanal remunerado com o domingo, 694
- Questionário, 695

Capítulo XXII – Férias, 696

- 22.1 Conceito, 696
- 22.2 Natureza jurídica, 696
- 22.3 Princípios, 697
- 22.4 Períodos: aquisitivo e concessivo. Duração, 697
- 22.5 Perda do direito de férias, 700
- 22.6 Da concessão das férias, 701
- 22.7 Férias coletivas, 703
 - 22.7.1 Períodos, 703
 - 22.7.2 Comunicações, 703
 - 22.7.3 Empregados com menos de 12 meses, 704
 - 22.7.4 Empregados com mais de 12 meses, 704
 - 22.7.5 Anotação de férias, 705
- 22.8 Remuneração, 705
- 22.9 Abono de férias, 706
- 22.10 Dos efeitos da cessação do contrato de trabalho, 707
- 22.11 Prescrição, 709
- 22.12 A quem se aplicam as férias?, 709
- Questionário, 711

Capítulo XXIII – Alteração do Contrato de Trabalho, 713

- 23.1 A força obrigatória dos contratos e o dirigismo contratual, 713
- 23.2 O conceito de alteração, 714
- 23.3 A alteração contratual voluntária e o princípio da imodificabilidade, 714
- 23.4 *Jus variandi*, 715
- 23.5 Espécies de alterações do contrato de trabalho, 716
 - 23.5.1 Alteração de função, 716
 - 23.5.2 Alteração salarial, 717
 - 23.5.3 Alteração de jornada de trabalho, 719

- 23.5.4 Alteração do local de trabalho, 719
 - 23.5.4.1 Cargo de confiança, 720
 - 23.5.4.2 Cláusulas: explícita e implícita, 721
 - 23.5.4.3 Extinção do estabelecimento, 721
- 23.6 Transferência provisória, 722
- 23.7 Transferência para o exterior, 723
- 23.8 Garantia contra transferência abusiva, 725
- Questionário, 725

Capítulo XXIV – Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho, 726

- 24.1 Conceito de suspensão e interrupção, 726
- 24.2 Espécies e seus efeitos, 726
 - 24.2.1 Aborto, 726
 - 24.2.2 Faltas por motivo de saúde. Auxílio-doença, 727
 - 24.2.3 Acidente de trabalho, 728
 - 24.2.4 Aposentadoria por invalidez, 728
 - 24.2.5 Aviso-prévio, 729
 - 24.2.6 Empregado eleito para o cargo de diretor, 729
 - 24.2.7 Encargo público, 730
 - 24.2.8 Faltas ao serviço, 730
 - 24.2.8.1 Nojo, 730
 - 24.2.8.2 Gala, 732
 - 24.2.8.3 Licença-paternidade, 732
 - 24.2.8.4 Doação de sangue, 732
 - 24.2.8.5 Alistamento eleitoral, 733
 - 24.2.8.6 Obrigações do reservista, 733
 - 24.2.8.7 Prestação de vestibular, 733
 - 24.2.8.8 Testemunhas e jurados, 734
 - 24.2.8.9 Ajuizamento de ação, 734
 - 24.2.8.10 Conselhos, 734
 - 24.2.8.11 Reunião oficial de organismo internacional, 734
 - 24.2.8.12 Outras hipóteses, 735
 - 24.2.9 Férias, 735
 - 24.2.10 Greve, 735
 - 24.2.11 Lockout, 735
 - 24.2.12 Inquérito para apuração de falta grave, 736
 - 24.2.13 Intervalos, 736
 - 24.2.14 Sobreaviso e prontidão, 736
 - 24.2.15 Repouso semanal remunerado, 737
 - 24.2.16 Representação sindical, 738
 - 24.2.17 Salário-maternidade, 738
 - 24.2.18 Segurança nacional, 738
 - 24.2.19 Serviço militar, 739
 - 24.2.20 Suspensão disciplinar, 739
 - 24.2.21 Suspensão para qualificação profissional, 740
- 24.3 O contrato de trabalho e a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), 740

- 24.4 Efeitos da suspensão e da interrupção, 743
- 24.5 Dispensa do empregado no curso da suspensão ou da interrupção, 744
- Questionário, 745

Capítulo XXV – Término do Contrato de Trabalho, 746

- 25.1 Terminologia, 746
- 25.2 Causas terminativas do contrato de trabalho, 747
 - 25.2.1 Causas terminativas do contrato de trabalho – relacionadas à vontade das partes, 747
 - 25.2.1.1 Pedido de demissão, 747
 - 25.2.1.2 A dispensa do empregado, 748
 - 25.2.1.2.1 Dispensa arbitrária, 749
 - 25.2.1.2.2 Dispensa do empregado sem justa causa, 750
 - 25.2.1.3 Por acordo mútuo das partes, 750
 - 25.2.2 Causas terminativas do contrato de trabalho – relacionadas ao não cumprimento das obrigações contratuais, 751
 - 25.2.2.1 Dispensa do empregado com justa causa (dispensa motivada), 751
 - 25.2.2.1.1 Conceito de justa causa, 751
 - 25.2.2.1.2 Elementos, 752
 - 25.2.2.1.3 Hipóteses legais, 755
 - 25.2.2.1.3.1 Improbidade, 755
 - 25.2.2.1.3.2 Incontinência de conduta, 756
 - 25.2.2.1.3.3 Mau procedimento, 758
 - 25.2.2.1.3.4 Negociação habitual, 759
 - 25.2.2.1.3.5 Condenação criminal, 759
 - 25.2.2.1.3.6 Desídia, 761
 - 25.2.2.1.3.7 Embriaguez, 761
 - 25.2.2.1.3.8 Violação de segredo da empresa, 763
 - 25.2.2.1.3.9 Indisciplina e insubordinação, 763
 - 25.2.2.1.3.10 Abandono de emprego, 764
 - 25.2.2.1.3.11 Ato lesivo à honra e boa fama, 765
 - 25.2.2.1.3.12 Ofensa física, 765
 - 25.2.2.1.3.13 Prática constante de jogos de azar, 766
 - 25.2.2.1.3.14 Atos atentatórios à segurança nacional, 766
 - 25.2.2.2 Rescisão indireta do contrato de trabalho (dispensa indireta), 769
 - 25.2.2.2.1 Hipóteses, 770
 - 25.2.2.2.1.1 Exigência de serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato, 770
 - 25.2.2.2.1.2 Tratamento pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo, 771
 - 25.2.2.2.1.3 Perigo de mal considerável, 781
 - 25.2.2.2.1.4 O descumprimento patronal das obrigações contratuais, 781

- 25.2.2.2.1.5 Ato lesivo da honra e da boa fama, 783
- 25.2.2.2.1.6 Ofensas físicas, 784
- 25.2.2.2.1.7 Redução do trabalho, 784
- 25.2.2.3 Culpa recíproca, 785
- 25.2.3 Causas terminativas do contrato de trabalho – causas supervenientes, 786
 - 25.2.3.1 Morte do empregado, 786
 - 25.2.3.2 Morte do empregador pessoa natural, 786
 - 25.2.3.3 Extinção da empresa, 787
 - 25.2.3.4 Força maior e caso fortuito, 787
 - 25.2.3.5 *Factum principis*, 788
 - 25.2.3.6 Aposentadoria, 789
 - 25.2.3.7 Transcurso do prazo pactuado – contrato por prazo determinado, 795
- 25.2.4 A decretação da falência e o contrato individual de trabalho, 795
- Questionário, 796

Capítulo XXVI – Aviso-prévio, 798

- 26.1 Conceção clássica do aviso-prévio, 798
- 26.2 Conceção contemporânea do aviso-prévio, 798
- 26.3 Conceito e natureza jurídica, 800
- 26.4 Irrenunciabilidade, 800
- 26.5 Prazos, 801
 - 26.5.1 Regulamentação infraconstitucional: Lei 12.506/01, 803
 - 26.5.2 Início da contagem dos três dias, 803
 - 26.5.3 Contagem do lapso temporal inferior a um ano, 803
 - 26.5.4 Aplicação da Lei 12.506 e o tempo de serviço anterior à sua vigência, 804
 - 26.5.5 A Lei 12.506/11 tem efeito retroativo?, 804
 - 26.5.6 Contratos rescindidos antes da Lei 12.506/11, 804
- 26.6 Cabimento, 806
- 26.7 Forma, 806
- 26.8 Os efeitos do aviso-prévio, 807
 - 26.8.1 O aviso-prévio do empregador, 807
 - 26.8.1.1 O empregador e a proporcionalidade do aviso-prévio, 807
 - 26.8.2 Aviso-prévio do empregado, 808
 - 26.8.2.1 Empregado e a Lei 12.506/11, 808
 - 26.8.3 Aviso-prévio e a anotação na CTPS, 809
 - 26.8.4 Aviso-prévio e o reajuste salarial coletivo, 809
 - 26.8.5 Aviso-prévio e a indenização adicional, 809
 - 26.8.6 Aviso-prévio e a reconsideração, 809
 - 26.8.7 A ocorrência da justa causa na fluência do aviso-prévio, 810
 - 26.8.8 Aviso-prévio e estabilidade, 810
 - 26.8.9 Aviso-prévio e a doença ou o acidente do trabalho, 810
- 26.9 Aviso-prévio cumprido em casa, 812
- 26.10 Aviso-prévio e a prescrição, 813
- 26.11 Valor do aviso-prévio, 814
- 26.12 Aviso-prévio e a contribuição previdenciária, 814
- Questionário, 815

Capítulo XXVII – Garantia e Estabilidade de Emprego, 816

- 27.1 Conceitos de estabilidade e garantia de emprego, 816
- 27.2 Estabilidade decenal, 818
 - 27.2.1 Exclusão à estabilidade decenal, 818
 - 27.2.2 Despedida de empregado estável decenal, 819
 - 27.2.3 Falta grave, 820
 - 27.2.4 Readmissão e reintegração, 820
 - 27.2.5 Renúncia à estabilidade, 820
 - 27.2.6 Homologação do pedido de demissão, 821
 - 27.2.7 Dispensa obstativa, 821
- 27.3 Estabilidades provisórias, 822
 - 27.3.1 Dirigente sindical, 822
 - 27.3.2 Membro da CIPA, 824
 - 27.3.3 Gestante, 826
 - 27.3.4 Acidentado, 828
 - 27.3.5 Aidético, 830
 - 27.3.6 Representante no Conselho Curador do Fundo de Garantia, 832
 - 27.3.7 Representante no Conselho Nacional de Previdência Social, 833
 - 27.3.8 Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas, 833
 - 27.3.9 Membros da Comissão de Conciliação Prévia, 833
 - 27.3.10 A questão da reintegração nas estabilidades provisórias, 834
- 27.4 Concessão do aviso-prévio no período da estabilidade, 835
- 27.5 Aquisição da estabilidade na fluência do aviso-prévio (indenizado ou laborado), 836
- 27.6 Estabilidade e o contrato por prazo determinado, 838
- 27.7 Estabilidade e aposentadoria, 840
- 27.8 Estabilidade e a extinção do estabelecimento ou da empresa, 841
- Questionário, 842*

Capítulo XXVIII – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, 843

- 28.1 Conceito, 843
- 28.2 Natureza jurídica, 844
- 28.3 Campo de aplicação, 845
- 28.4 Opção retroativa, 846
- 28.5 Administração, 846
- 28.6 Aplicação dos recursos, 847
- 28.7 Os depósitos no FGTS, 849
 - 28.7.1 Os depósitos e seus efeitos no término do contrato de trabalho, 849
 - 28.7.2 Os atrasos quanto aos recolhimentos fundiários, 851
 - 28.7.3 Diferenças fundiárias e o encargo probatório, 851
- 28.8 A prescrição do FGTS, 851
- 28.9 Os depósitos fundiários e a Lei 9.601/98, 854
- 28.10 Os depósitos fundiários e os expurgos inflacionários, 855
- Questionário, 857*

Capítulo XXIX – Indenização, 858

- 29.1 Conceito de indenização, 858

- 29.2 A indenização como um direito social do empregado, 859
- 29.3 A indenização prevista na CLT, 860
- 29.4 Indenização adicional, 861
- Questionário, 862

Capítulo XXX – A Dispensa do Empregado como Obstativa de Direitos, 863

- 30.1 A dispensa do empregado pelo empregador, 863
- 30.2 Dispensa obstativa, 864
- 30.3 Principiologia do Direito do Trabalho, 864
- 30.4 A dispensa do empregado como obstáculo à estabilidade, 866
- Questionário, 868

Capítulo XXXI – Responsabilidade Civil e as Relações de Trabalho, 869

- 31.1 A responsabilidade civil e penal, 869
- 31.2 Responsabilidade civil, 870
- 31.3 Responsabilidade contratual e extracontratual, 870
- 31.4 Das teorias da responsabilidade civil, 871
 - 31.4.1 Teoria da responsabilidade subjetiva, 871
 - 31.4.1.1 A responsabilidade subjetiva e o abuso do direito, 872
 - 31.4.2 Teoria da responsabilidade objetiva, 873
- 31.5 Responsabilidade civil no direito brasileiro, 874
- 31.6 Requisitos da responsabilidade civil, 874
 - 31.6.1 Ato comissivo e omissivo (ação ou conduta antijurídica), 874
 - 31.6.2 Nexo causal, 875
 - 31.6.2.1 Concausas, 875
 - 31.6.3 Dano, 878
 - 31.6.3.1 Dano material, 878
 - 31.6.3.1.1 Perda de uma chance, 880
 - 31.6.3.2 Dano moral, 883
 - 31.6.3.2.1 Evolução histórica e legal, 883
 - 31.6.3.2.2 Conceito, 884
 - 31.6.3.2.3 Espécies, 885
 - 31.6.3.2.4 Distinção entre dano material e dano moral, 886
 - 31.6.3.2.5 Dano moral da pessoa jurídica, 886
 - 31.6.3.2.6 Dano moral coletivo, 889
 - 31.6.3.3 Dano estético, 890
 - 31.6.3.4 Dano psíquico, 892
 - 31.6.3.5 Dano social, 892
 - 31.6.4 A culpa *lato sensu*, 894
 - 31.6.4.1 Conceito de culpa, 894
 - 31.6.4.2 Modalidade de culpa, 895
- 31.7 O ônus da prova quanto à responsabilidade civil, 896
- 31.8 Reparação e liquidação do dano, 897
 - 31.8.1 Reparação e liquidação, 897
 - 31.8.2 Reparação dos danos materiais, 897
 - 31.8.3 Reparação dos danos morais, 898

- 31.8.3.1 Critérios para fixação dos danos morais, 901
- 31.8.4 Formas de liquidação dos danos, 902
- 31.8.5 A culpa, a reparação e a liquidação dos danos, 903
- 31.8.6 A situação econômica do ofensor, 903
- 31.9 Causas de irresponsabilidade civil, 904
 - 31.9.1 A inimputabilidade civil, 904
 - 31.9.2 Caso fortuito e força maior, 904
 - 31.9.3 Culpa exclusiva da vítima e a culpa concorrente, 905
 - 31.9.4 Estado de necessidade, 907
 - 31.9.5 Legítima defesa, 908
 - 31.9.6 Cumprimento do dever legal, 909
 - 31.9.7 Exercício regular de um direito, 909
 - 31.9.8 Fato de terceiro, 910
 - 31.9.9 Cláusula de não indenizar, 911
- 31.10 Responsabilidade no Direito do Trabalho, 912
- 31.11 Responsabilidade civil no Direito do Trabalho, 913
- 31.12 Do acidente de trabalho. Teorias e a evolução legislativa brasileira do conceito de acidente de trabalho e as suas responsabilidades, 915
 - 31.12.1 Teorias, 915
 - 31.12.1.1 Culpa aquiliana, 915
 - 31.12.1.2 Teoria do contrato, 915
 - 31.12.1.3 Responsabilidade pelo fato da coisa, 916
 - 31.12.1.4 Teoria do risco profissional, 916
 - 31.12.1.5 Teoria do risco de autoridade, 917
 - 31.12.1.6 Teoria do seguro social, 917
- 31.13 Responsabilidade pelo acidente de trabalho, 918
 - 31.13.1 Conceitos: meio ambiente e direito ambiental, 918
 - 31.13.2 Tipos de meio ambiente. O meio ambiente de trabalho e a saúde do trabalhador, 919
 - 31.13.3 Segurança e medicina do trabalho, 921
 - 31.13.4 A sistemática legal atual do acidente de trabalho, 922
 - 31.13.4.1 Acidente típico, 922
 - 31.13.4.2 Concausalidade, 923
 - 31.13.4.3 Causalidade indireta, 924
 - 31.13.4.4 Doenças do trabalho, 925
 - 31.13.5 Comunicação do acidente de trabalho, 927
 - 31.13.6 Caracterização do acidente de trabalho, 927
 - 31.13.7 Acidente de trabalho e os benefícios previdenciários, 928
- 31.14 O acidente de trabalho e o empregador, 929
 - 31.14.1 O custeio dos benefícios previdenciários pelo acidente de trabalho e a responsabilidade do empregador, 929
 - 31.14.2 Empregador e a responsabilidade civil subjetiva pelo acidente de trabalho e a Constituição Federal de 1988, 931
 - 31.14.3 O alcance do termo “empregador” no art. 7º, XXVIII, CF/88, 933
 - 31.14.4 O acúmulo da indenização previdenciária e civil, 933
 - 31.14.5 Empregador e os atos dos seus empregados, serviços e prepostos, 938
 - 31.14.6 A reparação do dano material pelo acidente de trabalho, 943

- 31.14.7 A reparação do dano moral pelo acidente de trabalho, 949
 - 31.14.7.1 Correção monetária e o dano moral, 952
 - 31.14.7.2 Juros e o dano moral, 952
- 31.14.8 O dano estético e o acidente de trabalho, 953
- 31.15 O Código Civil de 2002 e a responsabilidade civil pelo acidente de trabalho, 955
 - 31.15.1 O risco como fundamento da responsabilidade civil, 955
 - 31.15.2 Espécies de risco, 957
 - 31.15.2.1 Risco-proveito, 958
 - 31.15.2.2 Risco profissional, 959
 - 31.15.2.3 Risco criado, 959
 - 31.15.2.4 Risco excepcional, 960
 - 31.15.2.5 Risco integral, 960
 - 31.15.3 O risco previsto no art. 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002, 961
 - 31.15.4 A interpretação da responsabilidade civil objetiva prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil (teoria do risco criado), 962
 - 31.15.5 O empregador e a responsabilidade pelo acidente de trabalho (art. 927, parágrafo único, do CC), 965

Questionário, 973

Capítulo XXXII – A Decadência e a Prescrição, 975

- 32.1 Conceitos e distinções da prescrição e da decadência, 975
- 32.2 Hipóteses de decadência no Direito do Trabalho, 977
- 32.3 Prescrição trabalhista, 977
 - 32.3.1 Causas impeditivas e suspensivas da prescrição trabalhista, 977
 - 32.3.2 Causas interruptivas da prescrição trabalhista, 979
 - 32.3.3 Prazos prescricionais trabalhistas, 980
 - 32.3.4 Ações declaratórias, 982
 - 32.3.5 Férias, 982
 - 32.3.6 Parcelas oriundas de sentença normativa, 982
 - 32.3.7 Ato único do empregador (prescrição total e parcial), 983
 - 32.3.8 Parcelas de complementação de aposentadoria, 983
 - 32.3.9 Legitimidade para arguição da prescrição, 984
 - 32.3.10 Momento de arguição no processo de conhecimento, 984
 - 32.3.11 Períodos descontínuos de trabalho, 984
 - 32.3.12 Equiparação salarial, 985
 - 32.3.13 Desvio de função, 985
 - 32.3.14 Gratificação semestral, 985
 - 32.3.15 Horas extras pré-contratadas e suprimidas, 985
 - 32.3.16 Adicional de horas extras, 986
 - 32.3.17 Aviso-prévio, 986
 - 32.3.18 Complementação de pensão e auxílio-funeral, 986

Questionário, 987

Capítulo XXXIII – Assistência na Rescisão do Contrato de Trabalho, 988

- 33.1 Assistência, 988
- 33.2 O alcance da quitação, 991
- 33.3 A época para pagamento das verbas rescisórias, 994

- 33.3.1 Prazos, 994
 - 33.3.1.1 Aviso-prévio cumprido em casa, 995
- 33.3.2 Multas, 995
- 33.3.3 Prova do atraso, 997
- 33.3.4 A quem se aplicam os prazos e as multas do art. 477?, 997
- 33.3.5 A contagem do prazo, 998
- 33.3.6 Pagamento à vista, 998
- 33.3.7 Força maior e caso fortuito, 998
- 33.3.8 A multa e a demanda trabalhista, 999
- 33.3.9 A proporcionalidade na aplicação da multa, 999
- 33.3.10 O valor da multa, 999
- 33.4 O pagamento das verbas rescisórias com acréscimo de 50%, 1000
 - 33.4.1 A quem se aplica o art. 467?, 1000
 - 33.4.2 Requisitos, 1001
 - 33.4.3 Conceito de verbas rescisórias, 1001
 - 33.4.4 Pode haver a aplicação de ofício pelo juiz?, 1001
 - 33.4.5 Revelia, 1001

Questionário, 1001

Capítulo XXXIV – Identificação e Registro Profissional, 1002

- 34.1 A definição da CTPS, 1002
- 34.2 Emissão e obtenção da CTPS, 1003
- 34.3 As anotações na CTPS, 1004
- 34.4 O procedimento administrativo quanto à falta ou recusa de anotação na CTPS, 1005
- 34.5 Livro de registro, 1008
- 34.6 Prescrição, 1008
- 34.7 A CTPS e a legislação criminal, 1009
- 34.8 A omissão quanto ao registro na CTPS é crime?, 1010
- 34.9 A ausência do registro na CTPS implica dano moral?, 1012

Questionário, 1013

Capítulo XXXV – Critérios de Não Discriminação no Trabalho, 1014

- 35.1 Princípio da igualdade, 1014
- 35.2 Discriminação, 1015
- 35.3 A discriminação na ótica da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 1016
- 35.4 Critérios genéricos de proteção contra a discriminação, 1017
- 35.5 Critérios específicos contra a discriminação, 1019
 - 35.5.1 Trabalhadores urbanos e rurais, 1019
 - 35.5.2 Trabalho intelectual, técnico e manual, 1019
 - 35.5.3 Proteção do mercado de trabalho da mulher, 1020
 - 35.5.4 Discriminação por motivo de sexo, idade, estado civil e cor, 1020
 - 35.5.5 Deficientes físicos, 1022
 - 35.5.6 Trabalhador com vínculo empregatício permanente e trabalhador avulso, 1022
 - 35.5.7 Empregado comum e empregado em domicílio, 1023

Questionário, 1023

Capítulo XXXVI – Trabalho da Mulher, 1024

- 36.1 Âmbito internacional, 1024
- 36.2 A evolução da proteção do trabalho da mulher no Brasil, 1026
- 36.3 Fundamentos para a proteção do trabalho da mulher, 1029
- 36.4 A contratação do trabalho da mulher, 1029
- 36.5 Duração do trabalho, 1029
- 36.6 Salário, 1030
- 36.7 Trabalho noturno, 1030
- 36.8 Períodos de descanso, 1030
- 36.9 Trabalho proibido, 1031
- 36.10 Métodos e locais de trabalho, 1031
- 36.11 Proteção à maternidade, 1032
 - 36.11.1 Será a licença-maternidade aplicável à mãe adotiva?, 1033
- 36.12 Práticas discriminatórias contra a mulher, 1034
- 36.13 Amamentação, 1035
- 36.14 Estabilidade da gestante, 1035
 - 36.14.1 Pedido de reintegração ou indenização, 1036
 - 36.14.2 A confirmação da gravidez, 1038
 - 36.14.3 A estabilidade de emprego da gestante e o contrato de experiência, 1040
 - 36.14.4 A estabilidade de emprego e a empregada doméstica, 1041
- 36.15 Proteção do mercado de trabalho da mulher, 1041
- 36.16 Creche no local de trabalho, 1042
- Questionário, 1043

Capítulo XXXVII – Trabalho da Criança e do Adolescente, 1044

- 37.1 Breve esboço histórico da proteção legal, 1044
- 37.2 Denominação, 1047
- 37.3 Fundamentos da proteção, 1048
- 37.4 Normas de proteção do trabalho da criança e do adolescente, 1049
 - 37.4.1 Idade, 1049
 - 37.4.1.1 Artistas mirins, 1051
 - 37.4.1.2 Emancipação, 1052
 - 37.4.2 Duração do trabalho, 1052
 - 37.4.3 Trabalho noturno, 1053
 - 37.4.4 Trabalho insalubre ou perigoso, 1053
 - 37.4.5 Trabalho penoso, 1054
 - 37.4.6 Serviços prejudiciais, 1054
 - 37.4.7 Férias, 1055
- 37.5 Deveres e responsabilidades em relação ao menor, 1055
- 37.6 Registro de menores, 1056
- 37.8 A prescrição e o trabalho do menor, 1056
- 37.9 Recibo de quitação e de pagamento, 1057
- 37.10 Contrato de aprendizagem, 1058
- 37.11 Trabalho educativo (ECA), 1063
- 37.12 Oficina familiar, 1065
- Questionário, 1065

Capítulo XXXVIII – O Portador de Deficiência no Mercado de Trabalho, 1067

- 38.1 Introdução, 1067
- 38.2 Quem são os portadores de deficiência física ou mental?, 1068
- 38.3 Aspectos da proteção legal, 1070
- 38.4 Proteção legal no Brasil, 1072
- 38.5 Garantia no emprego ou estabilidade, 1075
- 38.6 Os obstáculos, 1078
- 38.7 Deficiência na formação profissional, 1079
- 38.8 A tecnologia, 1079
- 38.9 Habilitação e reabilitação, 1080
- 38.10 Flexibilização do direito do trabalho, 1080
- 38.11 Reservas de mercado de trabalho, 1081
- Questionário*, 1081

Capítulo XXXIX – Nacionalização do Trabalho, 1083

- 39.1 Nacionalidade brasileira, 1083
- 39.2 A questão da constitucionalidade da nacionalização do trabalho na CLT, 1084
- 39.3 A proporcionalidade de nacionais e estrangeiros nas empresas, 1085
- 39.4 Igualdade de salários entre brasileiro e estrangeiro, 1086
- 39.5 Garantia de emprego, 1086
- 39.6 Relação de empregados, 1087
- 39.7 Diretoria de entidade sindical, 1087
- 39.8 Técnicos estrangeiros, 1087
- 39.9 Estatuto do estrangeiro e a autorização para o trabalho no Brasil, 1088
- Questionário*, 1090

Capítulo XL – Fiscalização do Trabalho, 1091

- 40.1 Conceito de Fiscalização do Trabalho, 1091
- 40.2 A fiscalização do trabalho nos planos internacional e nacional, 1092
- 40.3 O procedimento da fiscalização trabalhista, 1094
 - 40.3.1 Da fiscalização, da autuação e da imposição das multas, 1094
 - 40.3.2 Fiscalização orientadora para as microempresas e as empresas de pequeno porte, 1099
 - 40.3.3 Dos recursos, 1099
 - 40.3.4 Do depósito, da inscrição e da cobrança da multa, 1100
- Questionário*, 1101

Capítulo XLI – Direito Ambiental do Trabalho, 1102

- 41.1 Conceito de direito ambiental, 1102
- 41.2 Conceito de meio ambiente, 1103
- 41.3 Medicina e segurança do trabalho, 1104
 - 41.3.1 Regras gerais, 1107
 - 41.3.2 Da inspeção prévia e do embargo ou interdição, 1108
 - 41.3.3 Medidas preventivas de medicina do trabalho, 1109
 - 41.3.4 Condições de segurança, 1109
 - 41.3.4.1 Equipamentos de proteção individual, 1111
 - 41.3.4.2 Órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas, 1111

- 41.3.4.3 Edificações, 1113
- 41.3.4.4 Iluminação, 1113
- 41.3.4.5 Conforto térmico, 1114
- 41.3.4.6 Instalações elétricas, 1114
- 41.3.4.7 Da movimentação, armazenagem e manuseio de materiais, 1114
- 41.3.4.8 Máquinas e equipamentos, 1115
- 41.3.4.9 Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão, 1115
- 41.3.4.10 Ergonomia, 1116
- 41.3.4.11 Das outras medidas especiais de proteção, 1116
- 41.4 Atividades insalubres, perigosas e penosas, 1117
 - 41.4.1 Insalubridade, 1117
 - 41.4.2 Periculosidade, 1120
 - 41.4.2.1 Adicional de periculosidade no setor de energia elétrica, 1122
 - 41.4.2.2 Adicional de periculosidade pelo contato com radiação ionizante ou substância radioativa, 1123
 - 41.4.3 Penosidade, 1124
 - 41.4.4 A perícia técnica, 1125
- Questionário, 1126

Capítulo XLII – Política Salarial, 1127

- 42.1 Conceito de política salarial, 1127
- 42.2 Salário-mínimo, 1127
- 42.3 Salário profissional, 1129
 - 42.3.1 Pisos salariais estaduais, 1130
- 42.4 Histórico da política salarial brasileira, 1132
- Questionário, 1134

Parte V – Contratos Especiais de Trabalho, 1135

Capítulo I – Advogado, 1137

- 1.1 Salário profissional, 1137
- 1.2 Jornada de trabalho, 1137
- 1.3 Verba honorária, 1141
- 1.4 Negociação coletiva, 1141
- 1.5 Contribuição sindical, 1141
- Questionário, 1142

Capítulo II – Aeronauta, 1143

- 2.1 Conceito de aeronauta, 1143
- 2.2 Regime de trabalho, 1144
 - 2.2.1 Escala de serviço, 1144
 - 2.2.2 Jornada de trabalho, 1144
 - 2.2.3 Sobreaviso e reserva, 1146
 - 2.2.4 Viagens, 1147
 - 2.2.5 Limites de voo e de pouso, 1147
 - 2.2.6 Períodos de repouso, 1148
 - 2.2.7 Folga periódica, 1148

- 2.3 Remuneração e das concessões, 1149
 - 2.3.1 Remuneração, 1149
 - 2.3.2 Alimentação, 1149
 - 2.3.3 Assistência médica, 1150
 - 2.3.4 Uniforme, 1150
 - 2.3.5 Férias, 1150
 - 2.3.6 Transferências, 1150
 - 2.3.7 Adicional de periculosidade, 1151
- Questionário, 1152

Capítulo III – Aeroviário, 1153

- 3.1 Conceito de aeroviário, 1153
- 3.2 Regime de trabalho, 1154
- 3.3 Remuneração, 1155
- 3.4 Transferências, 1156
- Questionário, 1157

Capítulo IV – Artista e Técnico em Espetáculos de Diversões, 1158

- 4.1 Conceitos, 1158
- 4.2 Do contrato de trabalho, 1159
- 4.3 Jornada de trabalho, 1161
- 4.4 Acúmulo de funções, 1162
- 4.5 Despesas de transporte, alimentação, hospedagem e guarda-roupa, 1162
- 4.6 Artista estrangeiro, 1162
- 4.7 Penhor legal, 1163
- Questionário, 1163

Capítulo V – Assistente Social, 1164

- Questionário, 1164

Capítulo VI – Atleta Profissional de Futebol, 1165

- 6.1 Introdução, 1165
- 6.2 Evolução legislativa, 1166
- 6.3 A organização do desporto brasileiro, 1166
- 6.4 Contrato de trabalho do atleta profissional de futebol, 1168
 - 6.4.1 Regras gerais, 1168
 - 6.4.2 Trabalhador autônomo, 1170
 - 6.4.3 Atleta em formação (não profissional), 1170
 - 6.4.4 Primeiro contrato do atleta profissional, 1170
 - 6.4.5 Cláusulas: indenizatória esportiva e compensatória esportiva, 1172
 - 6.4.6 Suspensão do contrato de trabalho, 1172
 - 6.4.7 Término do contrato de trabalho, 1173
 - 6.4.8 Transferência ou cessão do atleta, 1174
 - 6.4.9 Participação em seleção, 1174
 - 6.4.10 Direito de arena, 1175
 - 6.4.11 Seguro de vida, 1176
 - 6.4.12 Atleta profissional estrangeiro, 1177

- 6.4.13 Poder disciplinar do empregador e a competência da Justiça do Trabalho, 1177
- 6.4.14 Remuneração, 1179
- 6.4.15 Jornada, 1180
- 6.4.16 Concentração, 1181
- 6.4.17 Férias, 1182
- 6.4.18 Prescrição, 1182
- 6.4.19 Exames, 1182

Questionário, 1183

Capítulo VII – Bancário, 1184

- 7.1 Jornada de trabalho, 1185
- 7.2 Cargo de confiança, 1185
- 7.3 Hora extra, 1186
- 7.4 Remuneração, 1187
- 7.5 Justa causa, 1187
- 7.6 Sucessão, 1187

Questionário, 1188

Capítulo VIII – Bombeiro Civil, 1189

Questionário, 1190

Capítulo IX – Cabineiro, 1191

Questionário, 1191

Capítulo X – Contrato por Prazo Indeterminado e Determinado, 1192

- 10.1 Contrato por prazo indeterminado, 1192
- 10.2 Contrato por prazo determinado, 1193
 - 10.2.1 Renovação: consequências, 1194
- 10.3 Contrato de experiência, 1194
 - 10.3.1 Consequências do descumprimento, 1196
- 10.4 Contratos de safra, 1197
- 10.5 Contrato de temporada, 1198
- 10.6 Contrato de trabalho por obra certa, 1198
- 10.7 Contrato de trabalho por equipe, 1199
- 10.8 Contrato por prazo determinado (Lei 9.601/98), 1201

Questionário, 1203

Capítulo XI – Contrato de Trabalho entre Cônjuges, 1204

Questionário, 1205

Capítulo XII – Contrato entre Pai (Mãe) e Filho, 1206

Questionário, 1207

Capítulo XIII – Corretor de Imóveis, 1208

Questionário, 1209

Capítulo XIV – Corretor de Seguros, 1210*Questionário, 1212***Capítulo XV – Desportista, 1213**

- 15.1 Princípios fundamentais do desporto, 1213
- 15.2 Natureza e finalidades do desporto, 1214
- 15.3 Prática desportiva profissional, 1214
 - 15.3.1 Entidade de prática desportiva, 1215
 - 15.3.2 Contrato de trabalho do desportista, 1217

*Questionário, 1217***Capítulo XVI – Empregado Doméstico, 1218**

- 16.1 Conceito de empregado doméstico, 1218
- 16.2 Direitos dos domésticos, 1219
- 16.3 Diaristas, 1222

*Questionário, 1224***Capítulo XVII – Trabalho em Domicílio, 1225***Questionário, 1227***Capítulo XVIII – Empregados Vendedores, Viajantes ou Pracistas, 1228**

- 18.1 Comissões, 1228
- 18.2 Pagamento das comissões, 1229
- 18.3 Comissão em caso de inspeção e fiscalização pelo empregado viajante, 1230
- 18.4 Duração e intervalo quanto às viagens, 1230

*Questionário, 1230***Capítulo XIX – Engenheiro e Outros, 1231**

- 19.1 Remuneração e respectiva jornada de trabalho dos engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários, 1231

*Questionário, 1232***Capítulo XX – Estagiário, 1233**

- 20.1 Legislação aplicável, 1233
- 20.2 Conceito de estágio, 1233
 - 20.2.1 Atividades equiparadas ao estágio, 1234
- 20.3 Os princípios da relação de estágio, 1234
- 20.4 Características do contrato de estágio, 1235
 - 20.4.1 Solene, 1236
 - 20.4.2 Tripartite, 1237
 - 20.4.3 Oneroso, 1237
 - 20.4.4 Trato sucessivo, 1237
 - 20.4.5 Subordinativo, 1238
 - 20.4.6 Atividade, 1238
- 20.5 Espécies, 1239
 - 20.5.1 Exigibilidade, 1239
 - 20.5.2 Finalidade, 1240

- 20.6 Requisitos para a validade do contrato de estágio, 1240
 - 20.6.1 Requisitos subjetivos, 1240
 - 20.6.2 Requisitos objetivos, 1243
- 20.7 Do vínculo de estágio e do vínculo de emprego, 1245
- 20.8 Os direitos do estagiário, 1246
 - 20.8.1 Jornada de trabalho, 1246
 - 20.8.2 Recesso anual, 1247
 - 20.8.3 Seguro contra acidentes pessoais, 1248
 - 20.8.4 Proteção à saúde e segurança, 1248
 - 20.8.5 Bolsa de estudo e o auxílio-transporte, 1248
 - 20.8.6 A condição do estagiário perante a Previdência Social, 1249
- Questionário, 1249

Capítulo XXI – Ferroviário, 1250

- 21.1 Serviço ferroviário, 1250
- 21.2 Categorias de trabalhadores no serviço ferroviário, 1250
- 21.3 Jornada de trabalho dos ferroviários, 1251
- Questionário, 1254

Capítulo XXII – Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional, 1255

Questionário, 1255

Capítulo XXIII – Frigoríficos, 1256

Questionário, 1257

Capítulo XXIV – Instrutor de Trânsito, 1258

Questionário, 1259

Capítulo XXV – Jornalista, 1260

- 25.1 Conceito de jornalista e de empresa jornalística, 1260
- 25.2 Exercício da função de jornalista, 1261
- 25.3 Jornada de trabalho, 1262
- Questionário, 1262

Capítulo XXVI – Mãe Social, 1263

- 26.1 Conceito, 1263
- 26.2 Atribuições, 1264
- 26.3 Direitos e obrigações, 1264
- 26.4 Requisitos para o desempenho da profissão, 1265
- 26.5 Casas de juventude, 1266
- 26.6 Custeio das casas-lares e das aldeias assistenciais, 1266
- 26.7 Fiscalização, 1266
- Questionário, 1267

Capítulo XXVII – Marítimo, 1268

- 27.1 Jornada de trabalho, 1269

27.2 Direito de recurso do marítimo, 1271

Questionário, 1271

Capítulo XXVIII – Mecanógrafo e Digitador, 1272

Questionário, 1274

Capítulo XXIX – Médicos e Dentistas, 1275

29.1 Salário-mínimo, 1276

29.2 Jornada de trabalho, 1277

29.3 Jornada dos médicos na administração pública federal, 1278

29.4 Médico-residente, 1278

Questionário, 1280

Capítulo XXX – Mineiros de Subsolo, 1281

Questionário, 1282

Capítulo XXXI – Moto-taxista e Motoboy, 1283

Questionário, 1285

Capítulo XXXII – Músicos, 1286

32.1 Exercício da profissão, 1286

32.2 Classificação, 1288

32.3 Duração do trabalho, 1288

32.4 Trabalho dos músicos estrangeiros, 1289

32.5 Empresas empregadoras de músicos, 1290

32.6 Disposições gerais, 1290

32.7 Súmulas do Supremo Tribunal Federal, 1291

Questionário, 1291

Capítulo XXXIII – Operador Cinematográfico, 1292

Questionário, 1293

Capítulo XXXIX – Pescador, 1294

34.1 Seguro-desemprego, 1294

34.2 Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 1295

Questionário, 1295

Capítulo XXXV – Petroquímico, 1296

35.1 Jornada de trabalho, 1297

35.1.1 Alteração dos regimes da Lei 5.811/72, 1298

35.2 Adicional noturno, 1299

35.3 Adicional de periculosidade, 1299

35.4 Adicional regional, 1299

35.5 Pensão por morte, 1299

35.6 A Sucessão da PETROMISA pela PETROBRAS, 1299

35.7 A Sucessão da INTERBRAS pela PETROBRAS, 1299

35.8 Complementação de aposentadoria, 1299

Questionário, 1300

Capítulo XXXVI – Portuários, 1301

36.1 Exploração do porto e das operações portuárias, 1302

36.2 Operador portuário, 1305

36.3 Gestão de mão de obra do trabalho portuário avulso, 1307

36.4 Trabalho portuário, 1309

36.5 Vedação ao trabalho temporário, 1310

36.6 Trabalho noturno, 1310

36.7 Disposições transitórias da Lei 8.630/93, 1311

36.8 Normas de proteção ao trabalho portuário, 1312

36.9 Normas de proteção ao trabalho portuário e à Lei 4.860/65, 1315

36.9.1 Jornada de trabalho e os períodos de serviço, 1315

36.9.2 Adicional de risco, 1316

36.9.3 Férias, 1317

36.9.4 Prescrição, 1317

Questionário, 1317

Capítulo XXXVII – Professor, 1318

37.1 Conceito de professor, 1319

37.2 Regulamentação, 1321

37.2.1 Repouso semanal remunerado, 1322

37.2.2 Jornada de trabalho, 1322

37.2.3 Remuneração, 1323

37.2.4 A concessão do aviso-prévio no curso das férias escolares, 1325

Questionário, 1325

Capítulo XXXVIII – Propagandista e Vendedor de Produtos Farmacêuticos, 1326

Questionário, 1327

Capítulo XXXIX – Químico, 1328

39.1 Salário profissional dos químicos, 1329

Questionário, 1329

Capítulo XL – Radialista, 1330

40.1 Contrato de trabalho, 1331

40.2 Remuneração, 1331

40.3 Jornada de trabalho, 1332

40.4 Outras garantias, 1333

40.5 Responsabilidade solidária do tomador, 1333

Questionário, 1334

Capítulo XLI – Repentista, 1335

Questionário, 1336

Capítulo XLII – Representante Comercial, 1337

- 42.1 Conceito de representante comercial autônomo, 1337
 - 42.2 Diferenças entre o representante comercial autônomo e o vendedor viajante e praticista, 1338
 - 42.3 Faltas no exercício da profissão do representante comercial autônomo, 1340
 - 42.4 Contrato de representação comercial, 1340
 - 42.5 A questão da exclusividade do representante comercial autônomo, 1341
 - 42.6 Comissões, 1342
 - 42.7 Extinção do contrato de representação comercial, 1343
 - 42.8 A questão do representante contratado por outro representante, 1344
- Questionário, 1344*

Capítulo XLIII – Sommelier, 1345

Questionário, 1345

Capítulo XLIV – Taxista, 1346

Questionário, 1347

Capítulo XLV – Técnico em Radiologia, 1348

- 45.1 Salário profissional, 1349
 - 45.2 Jornada de trabalho, 1349
- Questionário, 1349*

Capítulo XLVI – Telefonista, 1350

- 46.1 Jornada de trabalho, 1350
 - 46.2 Telefonista de mesa, 1351
 - 46.3 Operador de telex, 1352
 - 46.4 Operador de telemarketing, 1352
 - 46.5 Recepcionista, 1352
- Questionário, 1352*

Capítulo XLVII – Teletrabalho, 1353

- 47.1 O fenômeno do teletrabalho, 1353
 - 47.2 Vantagens e desvantagens econômicas e jurídicas, 1355
 - 47.3 Modalidades, 1356
 - 47.4 Natureza Jurídica, 1357
 - 47.5 Teletrabalho na jurisprudência trabalhista, 1358
 - 47.6 Aspectos jurídicos do contrato de trabalho no teletrabalho no Brasil, 1361
 - 47.6.1 Morfologia, 1361
 - 47.6.2 Cláusulas específicas, 1361
 - 47.6.2.1 Reversibilidade, 1361
 - 47.6.3 A invenção no teletrabalho, 1362
 - 47.6.4 Jornada de trabalho extraordinária, 1363
 - 47.6.5 Intervalo especial, 1364
- Questionário, 1364*

Capítulo XLVIII – Trabalhador Avulso, 1365

Questionário, 1372

Capítulo XLIX – Trabalhador Temporário, 1373

- 49.1 Trabalho temporário, 1373
- 49.2 Empresa de trabalho temporário, 1373
- 49.3 Trabalhador temporário, 1374
- 49.4 Contrato de trabalho temporário, 1374
- 49.5 Direitos do trabalhador temporário, 1376
- Questionário, 1378

Capítulo L – Trabalho Rural, 1379

- 50.1 Sistema jurídico, 1379
- 50.2 Trabalho rural e as atividades industriais, 1380
- 50.3 Tipologia: trabalhadores, 1383
 - 50.3.1 Empregado rural, 1384
 - 50.3.2 Parceria, 1386
 - 50.3.3 Arrendamento e meação, 1388
 - 50.3.4 Empregado de granja ou sítio de lazer, 1389
 - 50.3.5 Trabalhador eventual, 1389
 - 50.3.6 Parentes do pequeno proprietário, 1390
- 50.4 Empregador rural, 1390
 - 50.4.1 Grupo econômico no trabalho rural, 1391
 - 50.4.2 Consórcio de empregadores na área rural, 1392
 - 50.4.3 Cooperativas e trabalho rural, 1393
 - 50.4.4 O trabalho temporário e o trabalho rural, 1393
 - 50.4.5 Sucessão, 1393
- 50.5 Direitos individuais do trabalhador rural, 1394
 - 50.5.1 Idade mínima, 1395
 - 50.5.2 Duração da jornada de trabalho, 1395
 - 50.5.2.1 Prorrogação da jornada de trabalho, 1396
 - 50.5.3 Salário *in natura*, 1397
 - 50.5.4 Extinção do contrato de trabalho, 1399
 - 50.5.5 Adicional de insalubridade e periculosidade, 1399
 - 50.5.6 Salário-família, 1399
 - 50.5.7 Aviso-prévio, 1399
 - 50.5.8 Contrato de safra, 1399
 - 50.5.9 A proteção do ensino, 1400
 - 50.5.10 Trabalhador rural contratado por pequeno prazo, 1400
 - 50.5.11 Intervalo intrajornada, 1401
- Questionário, 1401

Capítulo LI – Trabalho de Peão de Rodeio, 1403

Questionário, 1404

Capítulo LII – Trabalho Religioso, 1405

Questionário, 1407

Capítulo LIII – Trabalho Voluntário, 1408

Questionário, 1409

Capítulo LIV – Transporte Rodoviário e as Questões Trabalhistas, 1410*Questionário, 1413***Capítulo LV – Treinador Profissional de Futebol, 1414***Questionário, 1415***Capítulo LVI – Vigilantes, 1416**

56.1 Obrigatoriedade quanto ao sistema de segurança, 1416

56.2 Estrutura do sistema de segurança, 1417

54.3 Empresas de segurança privada, 1417

56.4 Conceito de vigilante, 1418

*Questionário, 1419***Parte VI – A Administração Pública e o Direito do Trabalho, 1421****Capítulo I – A Administração Pública e sua Organização, 1423**

1.1 A Administração Pública, 1423

1.2 A organização administrativa do Brasil, 1424

1.3 Poderes políticos, 1427

1.4 Formas e meios de prestação do serviço público: centralizado, descentralizado e desconcentrado, 1428

1.5 Novas formas de prestação dos serviços públicos, 1430

1.5.1 Privatização, 1430

1.5.2 Desestatização, 1431

1.5.3 Consórcios públicos e convênios administrativos, 1431

1.5.4 Regime de contratos de gestão (e organizações sociais), 1435

1.5.5 Gestão por colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP), 1435

1.6 Organização administrativa, 1438

1.6.1 Autarquias, 1440

1.6.1.1 Autarquia institucional e territorial, 1442

1.6.1.2 Autarquia em regime especial, 1443

1.6.1.3 Agências executivas, 1443

1.6.2 Fundações, 1445

1.6.3 Empresas estatais, 1447

1.6.4 As empresas públicas, 1448

1.6.5 As sociedades de economia mista, 1451

1.6.6 Empresas subsidiárias, 1452

1.6.7 Pessoas de cooperação governamental, 1452

1.6.8 Características essenciais da administração indireta, 1452

1.7 Princípios que regem a administração pública, 1454

*Questionário, 1454***Capítulo II – Agentes Integrantes da Administração Pública, 1456**

2.1 Agentes públicos, 1456

2.1.1 Servidores públicos civis e militares, 1459

2.1.2 Servidores militares, 1460

- 2.1.3 Servidores civis: estatutários, empregados públicos e temporários, 1460
- 2.2 Função pública, 1468
- 2.3 Regime jurídico único, 1469
- 2.4 Regime estatutário, 1472
- 2.5 Regime trabalhista, 1473
 - 2.5.1 Legislação do regime trabalhista, 1474
- Questionário, 1476

Capítulo III – Aspectos da Relação de Trabalho na Administração Pública, 1477

- 3.1 Relação entre servidores e a administração pública e o regime jurídico, 1477
- 3.2 Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, 1479
 - 3.2.1 Possibilidade de supressão do vício de iniciativa e de propor emenda ao projeto de lei, 1480
 - 3.2.2 A constitucionalidade na mudança de regime jurídico, 1482
- 3.3 Provimento e vacância, 1484
- 3.4 Acessibilidade ao serviço público, 1488
- 3.5 Concurso público, 1489
 - 3.5.1 Concurso interno, 1500
 - 3.5.2 Processo seletivo para servidores temporários, 1501
 - 3.5.3 A legislação eleitoral e o concurso público, 1502
 - 3.5.3.1 Da abrangência da legislação eleitoral, 1502
 - 3.5.3.2 Limitações da legislação eleitoral para a realização de concurso público, 1503
 - 3.5.4 Controle do concurso público pelo Poder Judiciário, 1507
 - 3.5.5 Nomeação *sub judice* e a teoria do fato consumado, 1510
 - 3.5.6 Contratação irregular na administração pública, 1510
 - 3.5.7 A nulidade e o direito do trabalho, 1511
 - 3.5.8 As correntes doutrinárias quanto à nulidade e à contratação na administração sem a realização do concurso público, 1512
- 3.6 Acúmulo de cargos, empregos e funções públicos, 1516
- 3.7 Direitos constitucionais dos servidores, 1520
- 3.8 Alteração do contrato de trabalho, desvio de função e equiparação salarial, 1521
- 3.9 O *jus variandi* na administração pública, 1524
- 3.10 Extinção da relação jurídica do servidor com a administração, 1526
- 3.11 A apuração da irregularidade funcional e o processo administrativo, 1529
- 3.12 O processo administrativo e o empregado público, 1533
- 3.13 Aspectos da responsabilidade do servidor público, 1536
- 3.14 A aposentadoria espontânea e o empregado público, 1537
- Questionário, 1540

Capítulo IV – Terceirização, Gestão, Desmembramento e Privatização dos Serviços Públicos sob o Enfoque Trabalhista, 1542

- 4.1 Terceirização na administração pública, 1542
- 4.2 Responsabilidade da administração pública na gestão dos serviços públicos, 1544
- 4.3 Responsabilidade no desmembramento dos entes de direito público, 1545
- 4.4 Privatização e a sucessão trabalhista, 1545
- Questionário, 1547

Capítulo V – Sistema Remuneratório, 1548

- 5.1 Sistema constitucional remuneratório, 1548
 - 5.1.1 Remuneração, vencimentos e subsídios, 1548
 - 5.1.2 Competência para fixar e reajustar salário, vencimento e subsídio, 1550
 - 5.1.3 Igualdade salarial, 1551
 - 5.1.4 Irredutibilidade salarial, 1554
 - 5.1.5 Vinculação do reajuste salarial, 1555
 - 5.2 Condições e limites para a concessão de vantagens e aumentos de gastos com pessoal, 1556
 - 5.2.1 Medidas de controle de gastos com pessoal, 1559
 - 5.2.2 Teto das remunerações e subsídios, 1560
 - 5.3 O reajuste salarial promovido pela legislação federal, 1563
 - 5.4 Revisão anual da remuneração e do subsídio, 1566
 - 5.5 Correção monetária do salário em atraso, 1568
 - 5.6 Proteção e sequestro de vencimentos, salários e subsídios, 1568
 - 5.7 Gratificação da verba SUS, 1572
 - 5.8 Aplicação dos arts. 467 e 477, § 8º, CLT, aos entes de direito público, 1572
- Questionário, 1573*

Capítulo VI – A Estabilidade no Âmbito da Administração Pública, 1574

- 6.1 Introdução, 1574
 - 6.2 Da estabilidade constitucional do artigo 41, 1574
 - 6.2.1 A necessidade de motivação da dispensa do empregado público, 1580
 - 6.2.2 A estabilidade do artigo 41 e as empresas estatais que prestam serviços públicos, 1582
 - 6.3 Estabilidade do artigo 19 do ADCT, 1583
 - 6.4 Estabilidade eleitoral, 1585
 - 6.4.1 O aviso-prévio indenizado e a estabilidade eleitoral, 1585
 - 6.5 A estabilidade dos membros do conselho deliberativo das entidades fechadas de previdência complementar, 1585
- Questionário, 1588*

Capítulo VII – O Direito Eleitoral e o Direito do Trabalho, 1589

- 7.1 O direito eleitoral, 1589
- 7.2 A ingerência do direito eleitoral no direito do trabalho, 1589
 - 7.2.1 Da abrangência da legislação eleitoral, 1590
 - 7.2.2 Contratação de empregado público em período eleitoral, 1591
 - 7.2.3 Alteração do contrato de trabalho em período eleitoral, 1594
 - 7.2.4 Da constitucionalidade das restrições administrativas-funcionais impostas pela legislação eleitoral – art. 73 da Lei 9.504, 1596
 - 7.2.5 O direito eleitoral e a relação de trabalho com a administração pública, 1596
 - 7.2.5.1 Utilização de servidor público em campanha eleitoral, 1596
 - 7.2.5.2 Servidor público licenciado ou em período de férias, 1598
 - 7.2.5.3 Empregado público eleito, 1598
 - 7.2.5.4 Estabilidade eleitoral, 1599
 - 7.2.5.4.1 O aviso-prévio e a estabilidade eleitoral, 1601
 - 7.2.5.5 Reajustes salariais no período eleitoral, 1602

- 7.3 Piso salarial definido por lei estadual no período eleitoral, 1603
 - 7.4 A relação de emprego controvertida daqueles que trabalham nas campanhas eleitorais, 1604
 - 7.4.1 A inconstitucionalidade do artigo 100 da Lei 9.504, 1607
 - 7.5 Interrupção e suspensão do contrato de trabalho por imposição do direito eleitoral, 1608
 - 7.5.1 Interrupção e suspensão do contrato de trabalho, 1608
 - 7.5.2 Alistamento ou pedido de transferência de título eleitoral, 1608
 - 7.5.3 Empregado requisitado para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, 1609
 - 7.5.4 Empregado em campanha eleitoral, 1609
 - 7.5.4.1 Licença do servidor público candidato, 1609
 - 7.5.4.2 Desincompatibilização das funções e cargos de dirigente, 1611
 - 7.5.4.3 Desincompatibilização do advogado, 1613
 - 7.5.4.4 Afastamento do empregado candidato da iniciativa privada, 1614
 - 7.5.4.5 Empregados candidatos que prestam serviços em rádio, televisão ou outros meios de comunicação, 1615
 - 7.6 Implicações legais para o empregado que deixar de votar, 1615
 - 7.7 Os partidos políticos e a responsabilidade pelos créditos trabalhistas, 1616
- Questionário*, 1616

Capítulo VIII – Direito Coletivo do Trabalho no Setor Público, 1617

- 8.1 A administração pública e o direito coletivo do trabalho, 1617
 - 8.2 A liberdade sindical, 1618
 - 8.2.1 Liberdade sindical no setor público, 1618
 - 8.2.2 Liberdade sindical no setor público brasileiro, 1618
 - 8.3 Categoria na administração pública, 1619
 - 8.4 Unicidade sindical no setor público, 1620
 - 8.5 Negociação coletiva de trabalho na administração pública, 1623
 - 8.6 Negociação coletiva de trabalho na administração pública – regime celetista, 1629
 - 8.7 Financiamento do sistema sindical, 1632
 - 8.7.1 Financiamento do sistema sindical no setor privado, 1632
 - 8.7.2 Financiamento do sistema sindical no setor público, 1633
 - 8.8 Estabilidade sindical, 1635
- Questionário*, 1636

Capítulo IX – O Direito de Greve no Setor Público, 1637

- 9.1 A greve, 1637
 - 9.2 Sistema normativo comparado quanto ao direito de greve, 1639
 - 9.3 Evolução legislativa da greve no setor público, 1640
 - 9.3.1 Teoria da eficácia limitada, 1642
 - 9.3.2 Teoria da eficácia contida, 1643
 - 9.3.3 Posição do Supremo Tribunal Federal, 1644
 - 9.4 A greve do empregado público, 1647
 - 9.5 Remuneração no período de afastamento, 1648
- Questionário*, 1650

Parte VII – DIREITO COLETIVO DO TRABALHO, 1651**Capítulo I – Aspectos Históricos do Direito Coletivo do Trabalho, 1653**

- 1.1 Origens históricas, 1653
- 1.2 Fase da proibição, 1657
- 1.3 Fase de tolerância, 1658
- 1.4 Reconhecimento, 1658
- 1.5 No Brasil, 1659

Questionário, 1667

Capítulo II – Relações Coletivas do Trabalho, 1668

- 2.1 As relações de trabalho: individual e coletiva, 1668
- 2.2 Denominação: direito coletivo do trabalho, direito sindical ou direito social, 1672
- 2.3 Definição e conteúdo, 1673
- 2.4 Funções do direito coletivo do trabalho, 1674

Questionário, 1675

Capítulo III – Princípios de Direito Coletivo, 1676

- 3.1 Princípios assecuratórios da existência do ser coletivo, 1677
 - 3.1.1 Princípio da liberdade sindical, 1677
 - 3.1.1.1 Liberdade sindical no setor público, 1682
 - 3.1.1.2 Liberdade sindical no setor público brasileiro, 1683
 - 3.1.2 Princípio da autonomia sindical, 1685
- 3.2 Princípios regentes das relações entre os seres coletivos, 1686
 - 3.2.1 Princípio da interveniência sindical na normatização coletiva, 1686
 - 3.2.2 Princípio da equivalência dos contratantes coletivos, 1686
 - 3.2.3 Princípio da lealdade e transparência na negociação, 1687
- 3.3 Princípios que tratam das relações e efeitos perante o universo e comunidade jurídicos das normas produzidas, 1687
 - 3.3.1 Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva, 1687
 - 3.3.2 Princípio da adequação setorial negociada, 1687

Questionário, 1689

Capítulo IV – Organização Sindical, 1690

- 4.1 Integrantes da organização sindical brasileira, 1690
 - 4.1.1 Sindicatos, 1690
 - 4.1.1.1 Natureza jurídica do sindicato, 1692
 - 4.1.2 Federação e confederação, 1692
- 4.2 Categorias, 1694
- 4.3 Centrais sindicais, 1697
 - 4.3.1 Atribuições e prerrogativas da central sindical e a representatividade, 1698
 - 4.3.2 Centrais sindicais reconhecidas, 1700
 - 4.3.3 Centrais sindicais e os conselhos colegiados, 1700

Questionário, 1700

Capítulo V – As Entidades Sindicais, 1702

- 5.1 As entidades sindicais, 1702

- 5.2 Condições de registro e funcionamento, 1702
- 5.3 Denominação, 1703
- 5.4 Atividades e prerrogativas, 1703
 - 5.4.1 Defesa dos interesses, 1704
 - 5.4.2 Celebrar convenções coletivas, 1712
 - 5.4.3 Eleição dos representantes da categoria, 1713
 - 5.4.4 Colaboração na solução de problemas, 1713
- 5.5 Fontes de recursos financeiros, 1713
- 5.6 Práticas antissindicaís, 1721
- Questionário*, 1723

Capítulo VI – Representação dos Trabalhadores na Empresa, 1724

- 6.1 Origens históricas, 1724
- 6.2 Conceito e natureza jurídica, 1725
- 6.3 Fundamentos, 1725
- 6.4 Formas de representação, 1726
- 6.5 A representação dos trabalhadores na empresa pelo prisma da OIT, 1726
- 6.6 Representante de pessoal, 1727
- 6.7 Cogestão, 1729
- Questionário*, 1730

Capítulo VII – Conflitos Coletivos do Trabalho, 1731

- 7.1 As relações de trabalho: individual e coletiva, 1731
- 7.2 Conflitos de trabalho, 1735
 - 7.2.1 Conceito, 1735
 - 7.2.2 Classificação dos conflitos, 1737
 - 7.2.2.1 Conflitos coletivos de trabalho, 1740
- 7.3 Formas de solução de conflitos coletivos de trabalho, 1744
 - 7.3.1 Os meios de solução de conflitos coletivos de trabalho apregoados pela OIT, 1749
- 7.4 Os principais meios de solução de conflitos, 1752
 - 7.4.1 Negociação coletiva, 1752
 - 7.4.1.1 A negociação coletiva de trabalho no Brasil, 1756
 - 7.4.2 Conciliação e mediação, 1761
 - 7.4.2.1 Conciliação, 1761
 - 7.4.2.2 Mediação, 1762
 - 7.4.2.3 A conciliação e a mediação no Brasil, 1764
 - 7.4.3 Arbitragem, 1765
 - 7.4.3.1 A arbitragem no Brasil, 1769
 - 7.4.4 Jurisdição, 1770
 - 7.4.4.1 O poder normativo da Justiça do Trabalho do Brasil, 1772
- Questionário*, 1787

Capítulo VIII – Meios de Pressão, Greve e Lockout, 1788

- 8.1 Meios de pressão, 1788
- 8.2 Greve, 1789
 - 8.2.1 Aspectos históricos, 1789

- 8.2.2 Conceituação, 1791
- 8.2.3 Natureza jurídica, 1793
- 8.2.4 Aspectos do direito de greve na visão da OIT, 1795
- 8.2.5 A greve no direito brasileiro, 1797
 - 8.2.5.1 Conceito legal, 1797
 - 8.2.5.2 Legitimidade para instauração, 1798
 - 8.2.5.3 Os procedimentos para deflagração, 1799
 - 8.2.5.4 Negociação direta e mediação, 1801
 - 8.2.5.5 Dissídio coletivo de trabalho, 1801
 - 8.2.5.6 Decisão judicial sobre a greve, 1804
 - 8.2.5.7 Manutenção da greve após a decisão judicial, 1805
 - 8.2.5.8 Efeitos quanto ao contrato individual de trabalho, 1806
 - 8.2.5.9 Pagamento dos salários, 1808
 - 8.2.5.10 Responsabilidade pelos danos causados, 1809
 - 8.2.5.10.1 Responsabilidade do trabalhador, 1809
 - 8.2.5.10.2 Responsabilidade do sindicato, 1810
- 8.3 Abuso de direito e o direito de greve, 1812
 - 8.3.1 Conceito de abuso de direito, 1812
 - 8.3.2 Direito de greve é um direito absoluto?, 1812
 - 8.3.3 Hipóteses que justificam a greve como sendo abusiva, 1814
- 8.4 *Lockout*, 1817
- Questionário*, 1818

Capítulo IX – Negociação Coletiva, 1819

- 9.1 Negociação coletiva, 1819
- 9.2 Princípios que informam a negociação coletiva, 1822
 - 9.2.1 Princípio da contradição e da cooperação, 1823
 - 9.2.2 Princípio da preservação do bem-estar social, 1823
 - 9.2.3 Princípio da preservação dos interesses comuns, 1823
 - 9.2.4 Princípio da boa-fé, 1823
- 9.3 Funções da negociação coletiva, 1824
- 9.4 A negociação coletiva e os modelos jurídicos, 1824
- 9.5 Etapas da negociação coletiva, 1827
- Questionário*, 1830

Capítulo X – Instrumentos Normativos Negociados, 1831

- 10.1 Introdução, 1831
- 10.2 Convenção e acordo coletivo de trabalho, 1831
 - 10.2.1 Convenção coletiva – natureza jurídica, 1833
 - 10.2.2 Conteúdo e efeitos, 1836
 - 10.2.3 Incorporação das cláusulas típicas ao contrato de trabalho, 1839
 - 10.2.4 Extensão, 1841
 - 10.2.5 Forma e duração, 1842
 - 10.2.6 Limite da multa imposta em norma coletiva, 1844

10.3 Contrato coletivo de trabalho, 1845
Questionário, 1846

Referências bibliográficas, 1847